Sumário

Número de notícias: 40 | Número de veículos: 24

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

INJUSTIÇA - APOSENTADOS 4

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

GOVERNO ESTIMA ROMBO DE R\$ 23,3 BI PARA 2026 6

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Pejotização" cresce no país 8

O GLOBO - RJ - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alvos da PF sabiam antes de fiscalizações em postos 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

EUA têm postura errática e centralizadora, diz Haddad 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

De olho em Trump, Brasil reúne polícias da AL 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contaminação de fundos pelo crime pode ser maior, diz Márcia Meng, da Receita 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Crime organizado é agora também desafio econômico 16

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf afasta Imposto de Renda e CSLL sobre juros subsidiados do BNDES 18

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF e Receita apreendem 30 kg de cocaína escondidos em contêiner com açaí no Pará 20

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Crime organizado: RF pode ser um órgão de segurança 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Derrota na PEC fragiliza oposição 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Senado torna sigilosas visitas a parlamentares 24

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Perda gigante para a Previdência 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Turbinado por juros, ganho de capital faz renda da classe A crescer mais 27

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Motta avança em agenda, mas turbulência é risco 28

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Com derrota na PEC da Blindagem, oposição concentra esforços na anistia 30

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
SEGURIDADE SOCIAL

CPI do INSS ouve advogado responsável pelas primeiras denúncias sobre as fraudes no órgão
..... 33

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Projeções para o PIB do segundo trimestre indicam que economia perde fôlego 34

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo: valor do piso nacional foi atualizado em 2025; veja 36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Agenda da semana tem isenção do IR e reforma administrativa 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Investimento dos Estados sente efeito da desaceleração das receitas no I2 semestre
..... 39

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo não consegue cortar gastos sem passar pelo Congresso, diz Haddad 42

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil menos conectado: companhias reduzem malha aérea, e cidades ficam sem voos 43

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A China está só esperando - CARLOS ALBERTO SARDENBERG 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Política fiscal é destaque nos mercados globais 46

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como proteger meu patrimônio com seguros? Consultório financeiro 48

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Facções podem invadir setor de gás se ANP mudar regras", teme CEO da Copa Energia -
COLUNA DO ESTADÃO
..... 49

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

PIB em processo de desaceleração 50

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Custo do crédito 52

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
ECONOMIA

Cúpula por governança alternativa 53

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Xi recebe Putin e Modi em cúpula de segurança para projetar poder 54

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Trump pode levar os Estados Unidos para a estagnação 55

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"As consequências de juros tão altos vão aparecer em 2 ou 3 anos" 56

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
ECONOMIA

Queda do dólar leva a revisão da cotação da moeda para o final do ano 59

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Jura alto e PIB mais fraco aumentam desafio fiscal - SERGIO LAMUCCI 61

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PIB do 2º tri deve mostrar freada mais forte que a esperada 63

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Trump interfere em empresas, e se afasta da tradição liberal (Editorial) 66

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Taxa de crescimento das médias empresas diminui 68

VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE
ECONOMIA

Fim da tarifa de portabilidade reduziria "spread", diz estudo 70

INJUSTIÇA - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), não conformados com a injustiça praticada no reajustamento de seus proventos que, há mais de três décadas acontece, repetimos, sem justificativa, reiteram a aprovação do Projeto de Lei nº 4.434/2008, que dispõe da atualização e regularização do que recebem como aposentadoria e pensão, destacando a demora de apreciação, julgamento e aprovação dos deputados federais no plenário daquela Casa Legislativa. Demora que vem prejudicando um grande contingente de cidadãos e cidadãos brasileiros, cumpridores dos seus deveres e obrigações para com o Estado e que contribuíram efetivamente na formação e funcionamento do Sistema Previdenciário Brasileiro, garantindo a **Seguridade Social** com recursos financeiros próprios.

DIREITO

O que reivindicam aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, não é favor e sim um direito assegurado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 201, parágrafo 4º: "é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes em caráter permanente o valor real, conforme critérios definidos em Lei". O malfeito instituído no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello precisa urgentemente ser corrigido, eliminado definitivamente, seguindo-se o entendimento do Senado Federal que aprovou por unanimidade, a reivindicação dos aposentados e pensionistas, reconhecendo que o reajuste dos proventos das aposentadorias e pensões tenham o mesmo índice percentual do salário mínimo.

PROTESTO

Aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social**, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), não aceitam e protestam veementemente que se retire, transfira ou subtraia recursos financeiros do Orçamento da **Seguridade Social**, exigindo a aplicação exclusiva no que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Os Poderes Executivo e Legislativo deverão reconhecer a exclusividade para aplicação desses recursos somente em despesas decorrentes com saúde, assistência social e **previdência social**, eliminando em definitivo a emissão do mecanismo Desvinculação de Receitas da União, a famigerada

DRU.

SOLUÇÃO

Os poderes Executivo e Legislativo (Congresso Nacional) têm que encontrar a solução para corrigir esse malfeito. Não é possível que, em dezenas de anos, se retire recursos financeiros do Orçamento da **Seguridade Social** para atender outros programas governamentais. A sangria, como dissemos antes, é insuportável, prejudicando milhões de cidadãos e cidadãos brasileiros que são impedidos de receber seus proventos ajustados regularmente na conformidade estabelecida na legislação previdenciária. Reitera-se: de acordo com os dispositivos constitucionais, artigos 193 a 204, a **Seguridade Social** é composta das áreas de saúde, previdência e assistência social.

ANÁLISE

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)** e Fundação **Anfip** de Estudos Tributários e da **Seguridade Social**, anualmente fazem uma análise detalhada dos recursos financeiros arrecadados nessa conta, mostrando, minuciosamente, as receitas, despesas e aplicação de recursos. Nessa análise verifica-se as distorções ocorridas em prejuízo irrefutável às áreas de saúde, previdência e assistência social. É um documento de importância vital para que saibamos exatamente como funciona e como se dispõe os recursos financeiros do Orçamento da **Seguridade Social**. Os nossos representantes no Congresso Nacional de-veriam ser os primeiros a tomar conhecimento dessa publicação.

APOSENTADORIA

Os aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), não descansam em se manifestar sobre a defasagem que sofrem em seus proventos. Faz-se mudanças nas regras previdenciárias, entretanto, não se corrige corretamente os valores pagos a título de aposentadorias e pensões. Não é possível a ausência de sensibilidade para verificar que cidadãos e cidadãos brasileiros estão sendo privados de viver com dignidade e qualidade de vida.

OBRIGAÇÃO

"É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à

pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis" (Artigo 10 da Lei nº10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa).

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-0109202509%20-%20c6bd20dcaf8801050c5cd6a4ca331376.pdf

GOVERNO ESTIMA ROMBO DE R\$ 23,3 BI PARA 2026

ROSANA HESSEL

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2026, apresentado, na noite de sexta-feira (29/8), por técnicos da equipe econômica fechará o ano com as contas públicas no vermelho em R\$ 23,3 bilhões, o equivalente a 0,17% do Produto Interno Bruto (**PIB**), mesmo criando várias receitas extras. O governo fez malabarismo contábil para fechar as contas e lançou mão de, pelo menos, R\$ 127 bilhões de receitas extraordinárias e condicionadas, em pleno ano eleitoral -quando os gastos são muito mais elevados do que nos anos sem eleição.

E, apesar disso, o governo só conseguirá cumprir a meta fiscal, que prevê superavit primário de R\$ 34,3 bilhões, ou 0,25% do **PIB**, com limite inferior de deficit primário zerado, no papel, graças ao aval do Supremo Tribunal Federal (STF) para o desconto de parte do pagamento previsto de precatórios - dívidas judiciais que não cabem recursos. O montante aumentou de R\$ 55,1 bilhões, no PLDO, para R\$ 57,8 bilhões, no Ploa, e, com isso, o governo passou a estimar superavit de R\$ 34,5 bilhões, ou 0,25% do **PIB**.

Entre esses recursos extraordinários para engordar o caixa da União destacam-se R\$ 54 bilhões de dividendos das estatais, R\$ 31 bilhões de receitas com leilões de exploração de petróleo, R\$ 10 bilhões de compensações tributárias previstas na Medida Provisória nº 1303/2025, e R\$ 20 bilhões como programa de renegociação integral, uma espécie de novo Refis, entre outras que somam, pelo menos, R\$ 127 bilhões. Nessa conta também está incluída a arrecadação de R\$ 19,8 bilhões com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 182/2025, protocolado na sexta-feira pelo líder do governo na Câmara dos Deputados, José Guimarães (PT-CE).

A matéria prevê o corte linear de 10% em vários subsídios, estimada pelos técnicos do governo em torno de R\$ 612 bilhões. Mas os maiores incentivos fiscais não podem ser cortados, como os do Simples Nacional, da Zona Franca de Manaus e as isenções da cesta básica e das igrejas e organizações sem fins lucrativos. As contas públicas seguem no vermelho desde 2014, e, em 2022, o governo anterior só conseguiu fechar o ano no azul com as pedaladas nos precatórios, que gerou enorme passivo nas contas de 2023, de pouco mais de R\$ 90 bilhões. O Ploa de

2026 prevê reajuste real (acima da **inflação**) de 2,5% no salário mínimo, que passará de R\$ 1.518 para R\$ 1.631.

O Orçamento de 2026 é cheio de recordes, somando R\$ 6,530 trilhões de despesas. Um deles é o orçamento da **Previdência Social**, que, pela primeira vez, ultrapassará a marca de R\$ 1,1 trilhão. Do total de despesas, R\$ 2,6 trilhões é a previsão para o gasto primário do governo central - que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social** - dado R\$ 6,8 bilhões acima do previsto no PLDO.

O limite para o arcabouço fiscal cresceu R\$ 168 bilhões em relação ao teto deste ano, para R\$ 2,428 trilhões, e 93,6% delas são obrigatórias, das quais R\$ 80,9 bilhões são gastos com benefícios previdenciários e R\$ 39,7 bilhões, com pessoal e encargos. Os técnicos reconheceram que o aumento real no salário mínimo contribuiu para a explosão dos gastos previdenciários.

Conforme dados do PLDO de 2026, a sensibilidade da despesa primária com benefícios previdenciários mostra que cada real a mais no piso salarial eleva os gastos da União em R\$ 429,3 milhões. Com isso, o aumento de R\$ 113 no novo mínimo significa alta de R\$ 48,5 bilhões nos gastos do governo. No Ploa, o governo prevê o cumprimento dos pisos constitucionais da Saúde e da Educação, de R\$ 245,5 bilhões e de R\$ 133,7 bilhões, respectivamente. O piso de investimentos, de R\$ 83 bilhões, será 11,7% maior do que os R\$ 74,3 bilhões deste ano.

O secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, tentou elencar dados positivos da economia, como a taxa de desemprego no menor patamar da história, a queda no número de jovens que não estudam e nem trabalham e "da saída do país, pela segunda vez, do mapa da fome". "A consistência nos resultados fiscais e socioeconômicos é muito relevante e aponta que estamos no caminho correto", afirmou.

O Ploa de 2026 também prevê aumento nas despesas primárias com pessoal de R\$ 315 bilhões para R\$ 350,4 bilhões, incluindo servidores civis e militares. O crescimento da folha reflete reajustes e reestruturações acordados com as categorias do funcionalismo federal e os concursos e novas contratações projetados para 2026, de acordo com o

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em nota divulgada durante a apresentação da peça orçamentária.

A reestruturação das carreiras civis da administração federal respondeu por R\$ 12,1 bilhões e R\$ 4,4 bilhões dizem respeito a novas pactuações programadas para 2026, "como os recentes acordos firmados com servidores da **Receita Federal** e médicos das instituições federais de ensino". Para os militares, o impacto dos reajustes no Orçamento de 2026 foi da ordem de R\$ 5,3 bilhões.

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

"Pejotização" cresce no país

O número de trabalhadores por conta própria com CNPJ vem dando saltos no Brasil, e na maioria das atividades em que atuam eles têm obtido remuneração acima do que é pago a quem é empregado formal em profissões equivalentes.

Há casos em que a remuneração dos chamados PJ (Pessoas Jurídicas) chega ao dobro (ou mais do que isso) em relação a quem trabalha com a carteira assinada.

Isso tem estimulado milhões de trabalhadores a migrar para o regime PJ, mas há também a suspeita por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de que muitos sejam obrigados por empregadores a deixar a carteira assinada para constituir uma empresa.

O resultado desse movimento tem sido uma considerável diminuição das contribuições de empregadores e empregados à **Receita Federal** e à **Previdência Social**, algo compensado em parte pelo aquecimento do mercado de trabalho e o aumento também das contratações formais.

Estudo do economista Nelson Marconi, da Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp), mostra que geralmente são os trabalhadores mais escolarizados os que estão obtendo maior remuneração como PJs em relação a seus equivalentes (nos mesmos setores) com carteira assinada.

O trabalho considera o rendimento médio das várias profissões analisadas (formais, informais e com ou sem CNPJ) igual a 1. Assim, é possível observar quanto recebem os empregados com carteira e os por conta própria com CNPJ em relação à média 1 - a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC).

"Nota-se hoje no mercado uma preferência pela autonomia e pela liberdade de jornada de trabalho, mas que não resulta em precarização em virtude do nível de escolaridade desse grupo", diz Marconi.

Mesmo em setores que não demandam muita educação e empregam maciçamente, como construção e comércio, os trabalhadores por conta própria com CNPJ ganham mais do que os empregados formais.

Para Marconi, a estrutura de altos custos no Brasil para contratar pessoas com carteira assinada leva os

trabalhadores e empresas a um "trade-off" (troca): de um lado, o trabalhador opta por remuneração maior enquanto perde alguns direitos sociais (como férias e 13°); de outro, o empregado reduz custos, mas opera com colaboradores mais propensos à rotatividade, com menor dedicação e conhecimento das empresas em que atuam.

Outro trabalho da Eaesp estimou que empresas que contratam com carteira assinada têm de arcar com um custo 68,1% acima do salário pago para cobrir encargos trabalhistas, como FGTS, 13°, férias e **INSS**, entre outros. Em grande parte dos casos, ao contratar o trabalhador por conta própria com CNPJ e ao deixar de pagar essas obrigações, o empregador repassa parte do valor à remuneração do contratado.

O Ministério do Trabalho, porém, sustenta que muitos trabalhadores estão simplesmente sendo obrigados a abrir empresas para poder trabalhar.

A pasta conduziu uma pesquisa com dados de 2022 a 2024 e constatou que 4,8 milhões de trabalhadores demitidos retornaram ao mercado como pessoas jurídicas - 3,8 milhões como Micro-empendedor Individual (MEI) e 1 milhão em outras modalidades, como pelo Simples. O MTE sabe que são as mesmas pessoas, pois o acompanhamento se deu pelo CPF do trabalhador.

"A reforma trabalhista de 2017 regulamentou a terceirização, e isso é permitido em lei em casos específicos, não negamos isso de forma alguma, mas há parâmetros estabelecidos e isso não significa que possa haver uma pejotização irrestrita", afirma Dercylete Loureiro, coordenadora-geral de Fiscalização do Trabalho e Promoção do Trabalho Decente do MTE (Da Folhapress).

Site:

https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?_gl=1*1u87e6q*_ga*MTk1Njg5MDczMi4xNzU0DYyMTA5*_ga_L3L0ERE8KX*czE3NTY3MTkxMzUkbzE0JGcwJHQxNzU2NzE5MTM2JGo1OSRsMCRoMTM4NzM3MzU4MyRkMnVfcFpLWWd3YUVjMDRRZk8zTG5KdWkyT3RacUdscXIQQQ

Alvos da PF sabiam antes de fiscalizações em postos

Mensagens de texto interceptadas pela Polícia Federal (PF) mostram que integrantes do grupo criminoso desarticulado na operação Tank, deflagrada na última quinta-feira para asfixiar uma das maiores estruturas de lavagem de dinheiro com fraudes em combustíveis já identificadas no Paraná, sabiam com antecedência ações de fiscalização em postos. Nas conversas divulgadas ontem pelo "Fantástico", da TV Globo, a quadrilha ligada ao Primeiro Comando da Capital (PCC) reclama das movimentações dos agentes e fala até no uso de armas de fogo caso houvesse problemas. Ao todo, seis pessoas foram presas na ação, entre eles o empresário Rafael Renard Gineste, encontrado pelos policiais escondido em uma lancha de luxo ancorada em Bombinhas (SC).

"A gente pensou que ia ser uma equipe só, mas acho que vão ser duas, porque tinha oito caras. Já tudo parado, né? Que a gente sabia que ia começar", diz a mensagem de um dos comparsas para Thiago Augusto de Carvalho Ramos, também preso na quinta-feira, que responde: "Pistola na cintura e diesel, pai! A imagem do posteiro é essa aí, ó".

O esquema começava no Porto de Paranaguá, usado para importar clandestinamente produtos químicos como metanol e nafta, que deveriam abastecer indústrias químicas mas acabavam desviados para adulterar gasolina. O grupo é suspeito de comprar pelo menos cinco usinas de etanol no interior de São Paulo, que, além de produzir combustível, serviam para lavar dinheiro, pagando até 43% acima da média pela cana-de-açúcar. Eles contavam ainda com distribuidoras próprias, como a Duvale, em Jardinópolis (SP).

A empresa G8Log, ligada a Mohamad Hussein Mourad, conhecido como Primo, usava caminhões para levar combustível adulterado até os postos. Mourad foi descrito como o "epicentro das operações". As investigações apontam que ele utilizava empresas do setor para fraudes fiscais, ocultação de patrimônio e lavagem de dinheiro. Ainda como mostrou o "Fantástico", Primo teria formado uma rede criminosa com parentes, sócios e profissionais cooptados. Em postagem nas redes sociais, ele disse acreditar "na potência do trabalho, da disciplina e do comprometimento" para atingir "resultados sólidos".

MISTURAS ILEGAIS

A rede criminosa expandiu-se para cerca de 1,2 mil postos de combustíveis em várias cidades brasileiras. Neles, fiscais da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) identificaram misturas ilegais de metanol na gasolina, chegando a quase 50% em alguns casos, e até 90% no etanol, como mostrou o programa jornalístico dominical.

Fintechs eram usadas para dificultar o rastreamento da origem e do destino do dinheiro. A principal delas, a BK Instituição de Pagamento, com sede em Barueri (SP), movimentou R\$ 46 bilhões em cinco anos por meio de contas chamadas "bolsão". As fintechs, então, transferiam os recursos a fundos de investimento que compravam fazendas, participações em empresas e bens de luxo que, na prática, pertenciam aos chefes do PCC.

Segundo a **Receita Federal**, pelo menos 40 fundos de investimentos, com patrimônio de R\$ 30 bilhões, eram controlados pela organização criminosa. O dinheiro dos postos chegava à Faria Lima, o centro financeiro de São Paulo. Os investigadores cumpriram mandados de busca e apreensão em cinco prédios da avenida.

MEGAOPERAÇÃO

A ação da última quinta-feira mobilizou mais de 1.400 agentes em oito estados, mirou 350 alvos de busca e apreensão e prendeu seis investigados. Os números representam a soma de três operações disparadas simultaneamente: a Carbono Oculto, do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e da Receita Estadual; e a Quasar e a Tank, realizadas por uma força-tarefa da PF com a **Receita Federal**.

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, classificou a megaoperação como "uma das maiores da história contra o crime organizado".

- Há muito tempo temos acompanhado um fenômeno que é a migração do crime organizado da ilegalidade para a legalidade. Não é só um fenômeno brasileiro, mas mundial, e tem se intensificado - disse o ministro.

Em entrevista no Ministério da Justiça, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, afirmou que não considera "normal" o elevado número de fugitivos. A "hipótese" de vazamento será investigada pela PF.

- De fato merece atenção que há 14 mandados de prisão, e só seis foram encontrados. Não é uma estatística normal das operações da PF, portanto, com o retorno das equipes que vão às residências, e precisam relatar o que foi encontrado, vamos ter mais elementos para inferir que possa ter havido vazamento. Nessa hipótese, nós vamos fazer investigação para apurar se houve (vazamento) - disse Rodrigues.

**

Correção

O GLOBO errou ao publicar ontem que Dario Tanure, sócio da Reag Investimentos, investigada por suposta ligação com o PCC, é filho do empresário Nelson Tanure. Não há qualquer grau de parentesco entre os dois.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

EUA têm postura errática e centralizadora, diz Haddad

Valmir Zambrano e Guilherme Pimenta De São Paulo e Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a postura errática e centralizadora do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem tornado difícil encontrar um caminho para negociar as tarifas impostas pelos americanos sobre as exportações brasileiras. O ministro deu a declaração em entrevista ao programa Canal Livre, da BandNews transmitido ontem.

"O governo dos Estados Unidos tem tido uma postura errática em temas variados e está centralizado em uma pessoa só. Você não ouve mais falar do Congresso, por exemplo, sai tudo de uma cabeça.

É um modo de governar sem precedentes naquele país", disse Haddad. Desde 6 de agosto, produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos foram taxados em 50%. Desde então, o governo brasileiro tem tentado um acordo, sem sucesso. Haddad chegou a ter um encontro marcado com o secretário do Tesouro americano, Scott Bessent, mas a reunião foi cancelada.

Haddad afirmou que o comportamento dos americanos também impede de avaliar se haverá mais retaliações devido ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, que é um dos motivos alegados por Trump para taxar o Brasil. "Os empresários brasileiros e americanos estão se movendo, inclusive com a contratação de escritórios de advocacia para se defenderem das tarifas. Porque quem pagará essa conta, no fim, serão os consumidores dos Estados Unidos", afirmou Haddad.

"A tarifa não é apenas injusta. Não é racional. Não tem lógica econômica. Penso que vai se abrir espaço para negociação, a não ser que alguém sugira ao presidente americano que uma escalada de sanções vai trazer alguma vantagem. Não acredito que vai acontecer, mas pode acontecer."

Haddad afirmou que a divulgação de trechos de conversas entre o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e seu pai, Jair Bolsonaro poderia ajudar a mover as negociações entre os dois países.

"Acredito que depois da quebra de sigilo dessas

conversas, o governo americano pode até fingir que não viu, mas viu. A embaixada vai ter de informar a Casa Branca o que está acontecendo aqui. Aquela troca de mensagens entre filhos e pai, como eles retratam a situação já deve ter chegado ao governo dos Estados Unidos."

O ministro disse ainda que a operação contra a infiltração do crime organizado nos setores econômicos com o uso de fintechs, deflagrada na última semana, "inaugurou um novo momento da segurança pública no Brasil" e "chegou no comando do sistema". Haddad afirmou que, desta vez, ao mirar a participação de empresas do mercado financeiro sediadas na Avenida Faria Lima, em São Paulo, os órgãos de segurança conseguiram atingir o "andar de cima". Na operação da última semana, deflagrada por Polícia Federal, **Receita Federal** e Ministério Público, os órgãos apuram sonegação fiscal e lavagem de dinheiro oriundo do crime organizado por meio de fintechs. "Quando você fala em crime organizado, as pessoas falam você vai lá pegar a "biqueira", e a turma do andar de cima, você não pega. Até você chegar neles, a coisa já foi esburacada. Os presos já foram trocados, já teve queima de arquivo... Essa operação, não. Ela chegou no comando do sistema, tanto é que chegou na Faria Lima. Ela inaugurou um novo momento da segurança pública no Brasil."

O ministro também falou que a operação policial pode ser aprofundada e chegar a novos valores. "Só aqui [em São Paulo], foram movimentados R\$ 52 bilhões. Para chegar a 100, 200, 300, não precisa de muita coisa."

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

De olho em Trump, Brasil reúne polícias da AL

Maria Cristina Fernandes De São Paulo

Em meio à crescente presença militar americana no mar do Caribe para o combate ao narcotráfico da região, o Brasil consolida, com os nove países da fronteira amazônica e os nove Estados brasileiros da região, uma iniciativa destinada a intensificar a integração das polícias da região para o enfrentamento dos crimes transnacionais, o Centro de Cooperação Policial Internacional. Aberto pelo ministro da justiça, Ricardo Lewandowski, em junho, o centro será novamente inaugurado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 9 de setembro, e a expectativa é de um discurso na linha "do nosso quintal cuidamos nós".

O centro tem recursos do Fundo Amazônia e do BNDES e está previsto no Plano Amazônia - Segurança e Soberania elaborado a partir da Carta de Belém, lançada pela cúpula dos países que compõem a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) de 2023. É, portanto, anterior à posse de Donald Trump, mas ganha peso com a investida americana sobre a segurança da região. O centro vai integrar as polícias federais desses nove países além das polícias dos Estados da região em operações de inteligência e monitoramento das atividades do crime organizado no narcotráfico e no garimpo ilegal.

Lewandowski diz que o centro é resultado de um diagnóstico de que o crime transnacional precisa da cooperação entre os países da região que precede a ameaça americana, mas, ao convidar os chefes de Estado a participar da nova inauguração do centro, durante a cúpula da OTCA em Bogotá, Lula foi explícito: "Há muito tempo que os países ricos nos acusam de não cuidar da floresta. Aqueles que poluíram o planeta tentam impor modelos que não nos servem, utilizam a luta contra o desmatamento como justificativa para o protecionismo, usam o combate ao crime organizado como pretexto para violar nossa soberania".

Ao longo do fim de semana, segundo a "Reuters", o Pentágono esperava incrementar a força naval americana enviada para o Caribe do Sul, de três para sete navios de guerra além de um submarino nuclear, totalizando 4,5 mil militares. Na sexta, o secretário do Departamento de Estado, Marco Rubio, esteve em Doral, na Flórida, para visitar a sede do Comando Sul

das Forças Armadas americanas. Na véspera, a porta-voz do Departamento de Estado, Karoline Leavitt, voltou a denominar o governo Nicolás Maduro de "cartel do narcotráfico". Na quarta-feira, o governo brasileiro alertou o venezuelano de que o exercício militar conduzido na fronteira daquele país era procedimento de rotina com vistas ao treinamento para a segurança da COP 30 em Belém.

Operações como aquela que, na semana passada, reuniram policiais federais, **Receita federal**, Ministério Público de São Paulo e policiais civis e militares para o desbaratamento dos pilares financeiros da lavagem de dinheiro do narcotráfico, foram recepcionadas no Itamaraty como iniciativas que, embora gestadas há pelo menos um ano, acontecem num momento em que o Brasil precisa dar uma resposta de mobilização local e federal contra o crime organizado. O país enfrenta pressão dos EUA para equiparar o crime organizado a terrorismo. A classificação embasaria, na legislação americana, uma intervenção na segurança interna do país.

A necessidade de mostrar o empenho do país neste combate ao crime organizado voltou a dar gás a projetos que já estão no Congresso, como a PEC da Segurança, e aqueles que estão para chegar, como o projeto de lei antimáfia. "As operações da semana mostraram como o combate ao crime se beneficiaria da agilização de procedimentos de integração das polícias federal e estaduais previstos na PEC da Segurança", diz Lewandowski, que discutiu a prioridade do tema com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), em visita à sua residência oficial na semana passada.

As operações policiais da semana passada, na percepção do ministro, também mostraram a urgência do projeto de lei antimáfia, que, além do endurecimento de pena de regime de detenção e de um sistema mais expedito de confisco de bens, prevê a infiltração de agentes policiais nos grupos criminosos e nas empresas. O projeto teve que ser alterado para excluir a criação de uma agência destinada a coordenar o combate ao crime organizado. A proposta tinha a simpatia do secretário de segurança nacional, Mario Sarrubbo, que foi procurador-geral de Justiça de São Paulo e é um dos principais articuladores da integração entre o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, ligado ao Ministério

Público, e a Polícia Federal, que resultou nas operações da semana. A criação desta agência enfrenta, porém, a resistência da PF e foi abandonada pelo MJ. Esses projetos têm, pela frente, o desafio de tramitar no Congresso em meio ao clima de conflagração que marca o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal.

Iniciativa ganha peso com investida americana recente sobre a segurança da região

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

Contaminação de fundos pelo crime pode ser maior, diz Márcia Meng, da Receita

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

A avaliação de dados contidos em computadores, celulares e documentos apreendidos em São Paulo e em outros Estados nas operações realizadas na quinta-feira (28) contra uma rede de ilícitos poderá revelar uma contaminação maior de fundos de investimentos com recursos do crime organizado. A avaliação é da superintendente da **Receita Federal** em São Paulo, Márcia Cecília Meng.

O que as investigações mostraram até agora, segundo ela, é que 42 fundos de investimento (que foram bloqueados) tinham como cotistas apenas pessoas relacionadas a atividades criminosas. Elas usavam essas estruturas financeiras para esconder recursos ilícitos, numa cadeia elaborada de lavagem de ativos.

Em entrevista ao Valor, a chefe da Receita no Estado disse que esses 42 fundos eram geridos por duas administradoras. Ela não informou quais seriam essas administradoras.

"Eu não consigo dizer se nenhum dos outros fundos geridos por essas duas administradoras são de pessoas absolutamente honestas, que não estão fazendo nada de errado. Ou o contrário, se são também fundos completamente contaminados pelo crime organizado", disse Meng.

"Hoje, os elementos que eu tenho só me permitiram identificar esses 42 fundos como sendo exclusivamente ligados ao crime organizado. Os outros, precisaremos ainda avançar nas investigações com os documentos que foram coletados e, aí sim, vamos conseguir desvendar isso."

As três operações simultâneas deflagradas na quinta-feira, a Carbono Oculto, a Tank e a Quasar, pelo Ministério Público de São Paulo, pela Polícia Federal, pela **Receita Federal** e por outros órgãos, desbarataram uma rede de crimes que envolvia operações ilícitas em diversas empresas de combustíveis e uso de fintechs e de fundos de investimento.

A decisão da Justiça de São Paulo que autorizou a Carbono Oculto nomeia criminosos vinculados à facção Primeiro Comando da Capital (PCC) atuando em conjunto com outros criminosos que exploram o

esquema.

Segundo as autoridades, a rede de crimes atacada pelas megao-perações movimentou mais de R\$ 140 bilhões nos últimos anos. O PCC é atualmente a organização criminosa do Brasil responsável pela maior parte do tráfico internacional de cocaína.

Ao ser perguntada se há indicações de que as administradoras de fundos podem ter sido coniventes ou feito vistas grossas, Márcia Meng afirmou: "A princípio, prevalece a presunção da inocência e não faltará espaço para as administradoras envolvidas provarem isso. Mas auditores fiscais não acreditam em "eu não vi, eu não sabia, eu fui pego desprevenido".

Meng, assim como integrantes do Ministério Público, reforça que as investigações serão aprofundadas com a análise dos computadores, documentos e celulares apreendidos em diversos endereços pelo país das empresas na mira da operação.

A partir dessa análise, autoridades esperam ter condições de atestar ou não se houve gestão temerária desses fundos. Mas a chefe da Receita no Estado afirma: "Eu posso dizer que, com o que eu já tenho de informações, sou muito mais inclinada a dizer que eles [gestores que tiveram os 42 fundos bloqueados] tiveram uma cegueira deliberada." E acrescenta: "Essas administradoras que tiveram fundos bloqueados permitiram que situações anormais acontecessem embaixo do nariz delas."

Ela lembra ainda que há um regramento em relação à prevenção à lavagem de dinheiro que as empresas precisam seguir. "Precisam conhecer o cliente. Se você começa a receber dinheiro de uma empresa que é dona de um fundo de investimento, você não vai conhecer que empresa é essa? E você acredita que vai aparecendo dinheiro de tudo que é lado, num crescimento vertiginoso? Em algum momento você tem contato com o cotista daquele fundo", disse Meng.

Embora ainda aguardem mais informações extraídas do material apreendido, Meng diz que as administradoras alvo da Carbono Oculto "deixaram passar um elefante branco debaixo do nariz delas. No mínimo, elas falharam na obrigação de conhecer o seu cliente".

A decisão judicial que embasou a operação Carbono Oculto determinou buscas e apreensão em quatro administradoras de fundos. A maior delas é a Reag Investimentos, que se apresenta como a maior gestora independente do Brasil, com R\$ 340 bilhões sob sua gestão.

As outras administradoras de fundos contra as quais também houve ordens de busca e apreensão são a Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a Altinvest Gestão e Administração de Recursos de Terceiros e a BFL Administração de Recursos.

Duas delas - cujos nomes a Receita não divulgou - geriam os 42 fundos bloqueados na Carbono Oculto.

O Valor procurou as quatro empresas neste sábado (30). Por meio de nota, a Reag afirmou que "sempre observa de forma rigorosa as normas vigentes e as melhores práticas de compliance". Disse também que "renunciou, transferiu ou liquidou oito fundos a partir de 2024, após identificar inconsistências em monitoramento. Os três restantes não possuem relação com as pessoas ou empresas objeto de investigação".

A reportagem não recebeu respostas das outras três administradoras: Trustee, Altinvest e BFL. No dia da operação, Trustee e Altinvest negaram qualquer irregularidade. Naquele dia, a reportagem não conseguiu ouvir a BFL.

Além das investigações sobre as administradoras e da análise do que foi apreendido, um dia depois das operações a **Receita Federal** editou uma instrução normativa que criou regras mais rigorosas para outro negócio do ramo financeiro, também utilizado pela rede de criminosos: as fintechs.

A Instrução Normativa (IN) 2.278/2025 determina que essas empresas terão de passar a remeter dados sobre as movimentações de seus clientes "para o combate aos crimes contra a ordem tributária, inclusive aqueles relacionados ao crime organizado, em especial a lavagem ou ocultação de dinheiro".

Pelo entendimento anterior, as fintechs deixavam de remeter os dados agora exigidos e o resultado, segundo Márcia Meng, vinha sendo a abertura de brechas para opacidade das transações.

"É a opacidade que sempre gera a possibilidade do mau uso de um instrumento. Quando você pensa num paraíso fiscal, o que ele oferece? Opacidade. Eu não sei quem tem conta ou quem não tem conta no paraíso fiscal. No caso de criptoativos, falamos também de opacidade", diz ela, comparando com a situação de parte das fintechs em operação no país

até antes da instrução normativa. As exigências da nova regra já estão valendo. As fintechs têm datas específicas para entregar os dados. Há regras de vigência e de periodicidade.

Para Meng seria muito difícil essas empresas de tecnologia financeira alegarem que não têm condições de cumprir essa nova demanda. "Elas são empresas de tecnologia e não podem alegar que têm dificuldade para organizar dados e entregar informações na forma digital", disse ela. "Esse seria o tipo de alegação que só virá de uma fintech que não tem interesse em se tornar transparente."

"42 fundos são exclusivamente ligados ao crime organizado." Márcia Meng

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

Crime organizado é agora também desafio econômico

Isadora Camargo De São Paulo

Com estrutura cada vez mais "empresarial", o crime organizado no Brasil deixou de ser apenas um problema de segurança e passou a se consolidar como desafio econômico, segundo economistas. A megaoperação Carbono Oculto, que apontou na última quarta-feira (27) a infiltração criminoso na Faria Lima, é a "cereja do bolo" de uma engrenagem que movimenta, em média, 5% do **PIB** do país.

O professor Pery Shikida, da Unioeste de Toledo, no Paraná, estima que a cifra movimentada pelo crime organizado ultrapasse US\$ 100 bilhões - a atividade econômica nacional gerou cerca de US\$ 2 trilhões em 2024. Segundo o especialista em economia do crime, já era esperado que algo como a megaoperação acontecesse diante da estruturação do crime no Brasil nos últimos 20 anos. Ela clã uma noção mais clara da dimensão da ação organizada, com atuação lícita e ilícita do Primeiro Comando da Capital (PCC).

O pesquisador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) Leonardo Carvalho compara o valor movimentado na operação com os orçamentos estaduais do país. "A cifra deflagrada na operação Carbono Oculto -estimada em R\$ 140 bilhões - é maior que muitos orçamentos anuais de Estados da federação."

O valor é quase um terço da receita anual do Estado de São Paulo para 2025, de R\$ 372,45 bilhões. Ao mesmo tempo, ultrapassa o orçamento do Rio de Janeiro e Minas Gerais, estipulados respectivamente em R\$ 107,5 bilhões e R\$ 126,66 bilhões.

A comparação de valores ajuda a entender o quanto o trabalho do crime se transformou e até ampliou "o portfólio do varejo das drogas à Faria Lima", diz Carvalho, o que elogiou o trabalho conjunto do Ministério Público de São Paulo, **Receita Federal**, Polícia Federal e outros órgãos. Pela primeira vez, diz ele, agências atuam de forma coordenada para combater o crime.

No relatório mais recente do fórum, publicado em fevereiro, estimou-se que o crime organizado movimentou aproximadamente R\$ 146,8 bilhões anualmente a partir de 2022, levando em consideração somente quatro produtos (ouro, combustíveis, tabaco

e bebidas).

Combustíveis e lubrificantes ficam em primeiro lugar, em números absolutos, com R\$ 61,5 bilhões, aproximadamente 41,8% da receita do crime organizado no país. De acordo com o fórum, o setor figura entre os três alvos mais propícios para lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Em 2021, o segmento representava 13,1% do **PIB** industrial, com uma arrecadação de R\$ 90 bilhões e 110 mil empregos diretos. Hoje, Carvalho acredita que combustíveis devem ficar entre 10% e 15% do **PIB**, evidenciando o potencial para armar um esquema complexo, de ponta a ponta.

O professor da Unioeste, que pesquisa economia do crime há 26 anos, acrescenta que o PCC nasceu de facção carcerária incipiente e se consolidou como organização com estatuto, divisão de instâncias e infiltração em diversos setores do país. Com isso, o direcionamento do crime para os setores de combustíveis, distribuição, portos e usinas de açúcar e etanol reflete uma mudança de perfil da organização, que encontrou uma forma legal de operar dinheiro através de bancos digitais e fundos de investimento. A chamada "PCC Faria Lima", agrega Shikida, evita confrontos diretos.

"Integrantes do PCC têm uma média de vida de 24 anos quando estão no crime tradicional das drogas, mas, ao passarem a operar em cadeias mais complexas, o chamado "tráfico flex", conseguem driblar punições e lucrar mais", afirma Shikida.

Em um estudo recente nas prisões da região metropolitana de São Paulo, o professor identificou que, em 2024, o salário médio do crime foi de R\$46,3 mil, ou 12 vezes mais que um trabalhador de renda formal no país. e equivalente ao teto do funcionalismo neste ano (RS 46.366) "É uma forma de verticalizar operações que vão da produção à distribuição."

O pesquisador do FBSP concorda e alerta para atuação criminoso cada vez mais sofisticada. Segundo Leonardo Carvalho, a imagem de viaturas da Rota ocupando a Faria Lima, sem disparar um único tiro, sintetizou a dimensão inédita da megaoperação contra o crime organizado para a população.

O episódio, que reuniu Ministério Público, **Receita Federal** e forças policiais em uma articulação inédita, pode se tornar um divisor de águas no combate às facções criminosas, ao mirar não apenas a violência, mas sobretudo o coração financeiro das organizações, afirma Carvalho.

Ele reforça que as ilegalidades só são possíveis pela ausência de regras de rastreabilidade do setor financeiro digital, que permitiu uma movimentação de R\$ 52 bilhões de 2020 a 2024, segundo consta na denúncia do Ministério Público do Estado de São Paulo. Profissionalizadas, essas redes sonegam e prejudicam a arrecadação do Estado, destacam os economistas.

Para Carvalho, o próximo passo deve ser a atenção das entidades de controle do Brasil com os ecossistemas de fintechs e criptoativos, que se mostraram formas de burlar o sistema financeiro lícito do país. A situação desafia a capacidade do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) de rastrear e regular operações financeiras, alerta o pesquisador.

"A cena deflagrada reforça o questionamento se o Coaf tem estrutura física, analítica e tecnológica para monitorar o ecossistema digital - das fintechs aos criptoativos - diante da complexidade das transações usadas na lavagem de dinheiro", destaca Carvalho. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falou que as fintechs devem ser cobradas como bancos, mas analistas alertam que isso exige uma reforma profunda na governança, na carreira técnica e no parque tecnológico do órgão.

Segundo os dois especialistas, outro desdobramento da megaoperação deve ser a análise profunda de um volume inédito de documentos e dados apreendidos, cujo alcance só será conhecido nos próximos meses. Carvalho crê que o episódio marca a virada de um modelo de combate armado para a tentativa de desarticular a economia subterrânea que sustenta o crime organizado no Brasil.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

Carf afasta Imposto de Renda e CSLL sobre juros subsidiados do BNDES

Marcela Villar De São Paulo

Uma decisão do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** afastou a tributação de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre juros subsidiados pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Por unanimidade, os conselheiros anularam auto de infração de R\$ 167 milhões contra a Stellantis, fabricante de veículos das marcas Citroen, Fiat, Peugeot, Jeep e RAM. Para eles, o banco faz parte do poder público e o financiamento deve ser classificado como subvenção para investimento.

Segundo advogados, a decisão é inédita e pode beneficiar todas as empresas que tomam empréstimo não só com a instituição, mas com qualquer banco público ou de desenvolvimento, como o Banco do Brasil e bancos estaduais. Tributaristas já indicam a clientes revisitarem seus balanços contábeis para excluírem os valores da base de cálculo dos **tributos**, transformando o excedente em crédito na contabilidade.

A **Receita Federal**, ao aplicar a multa à empresa, enquadrando o BNDES como pessoa jurídica de direito privado. Pelo artigo 198 da Instrução Normativa (IN) nº 1.700, de 2017, subsídios dados por empresas dessa natureza não podem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e CSLL, pois "constituem receita da pessoa jurídica beneficiária".

A decisão de primeira instância, da Delegacia de Julgamento (DRJ), foi desfavorável à Stellantis, entendendo que as exclusões foram indevidas. Para a DRJ, mesmo se tratando de empresa pública, que faz parte da administração pública indireta federal e é constituída por capital exclusivo da União, as subvenções ainda não poderiam ser classificadas comode natureza governamental.

O contribuinte recorreu e obteve vitória na 2ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 1ª Seção do **Carf**. A empresa argumentou que o BNDES se enquadra na definição de "poder público" previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973, de 2014, que assegura a exclusão na determinação do lucro real, "desde que seja registrada em reserva de lucros".

Na visão da empresa, o termo "poder público"

abarcaria todas as entidades da administração pública, inclusive as de administração indireta, sendo irrelevante o fato de se constituírem como pessoas jurídicas de direito privado. Isso porque prestam uma função pública essencial.

Na decisão, o relator do caso, o conselheiro André Luis Ulrich Pinto, diz que empréstimos subsidiados devem receber o tratamento de subvenções. Na visão dele, a Lei nº 12.973/2014 "não veda expressamente a exclusão de subvenções em função da natureza jurídica de quem as concede".

"A verdade é que a lei não utiliza as expressões "pessoajurídica de direito público" ou "pessoajurídica de direito privado" como critério para exclusão das subvenções na determinação do lucro real. A expressão é adotada pela Instrução Normativa RFB nº 1700/2017, que não pode ser interpretada de forma literal para impedir o exercício do direito da recorrente", afirma (processo nº 13136.721103/2021-56).

O relator diz ainda que o BNDES é "uma empresa pública integrante da administração indireta e, portanto, deve ser considerada como pertencente ao poder público". Lembra que o banco está sujeito a controles externos - pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por exemplo.

Ressalta que não é discutido no processo se a subvenção é receita ou a constituição e destinação dos valores em reserva de lucros. "O que se discute é impossibilidade da exclusão, diante da personalidade jurídica de direito privado do BNDES", completa.

O tributarista Sérgio Presta, ex-conselheiro do **Carf** e sócio do Azevedo Rios e Presta Advogados, afirma que "a decisão consolida o entendimento que empréstimo subsidiado pelo BNDES deve ser tratado como subvenção de investimento". "É uma empresa de direito privado, só que 100% controlada pela União, então é ente da administração indireta e faz parte do poder público", diz.

De acordo com ele, o acórdão pode ser usado para benefícios dados por qualquer banco estadual ou de desenvolvimento, inclusive programas e linhas de crédito da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência do

Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). "Gera segurança jurídica para as empresas que têm esse tipo de benefício no Norte e Nordeste. Podem respirar aliviadas", diz.

Presta tem conversado com alguns clientes para reabrir balanços antigos e reclassificar os valores dos financiamentos, excluindo-os da base de cálculo do IRPJ e CSLL "A ideia é as empresas sentarem com as auditorias para ver quanto a alteração vai custar e pode beneficiar. Mas as empresas podem e devem usar o julgado como precedente."

Segundo a advogada Gisele Barra Bossa, sócia do Demarest e também ex-conselheira do **Carf**, a autoridade fiscal fez prevalecer a Instrução Normativa nº 1.700, de 2017 sobre a Lei nº 12.973, de 2014. "À medida que a Receita traz uma interpretação limitando uma concessão ao contribuinte de subvenções advindas da administração pública indireta, ela está acaba extrapolando a lei", afirma.

O auto de infração, acrescenta, também vai contra o que dispõe o artigo 37 da Constituição Federal e o Decreto-Lei nº 200/1967, que caracterizam as empresas públicas como órgãos da administração indireta. "A IN ao colocar em termos interpretativos o BNDES como pessoa jurídica de direito privado inviabiliza a exclusão dessas parcelas subvencionadas na base de cálculo do IRPJ da CSLL."

Na visão dela, também "desconsidera o fato de que existem pessoas jurídicas de direito privado que exercem função pública, como é o exemplo do Banco do Brasil". E ainda defende não fazer sentido a não exclusão do financiamento do BNDES. "O banco fomenta justamente o desenvolvimento. É essa função pública delegada pela Constituição e pela própria administração pública, seja ela direta ou indireta."

A decisão, acrescenta Gisele, também dá mais segurança às empresas que queiram fazer exclusão desses valores, principalmente porque a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não recorreu.

Procuradas pelo Valor, a IKIFN e a Stellantis não deram retorno até o fechamento da edição.

"Decisão do Carf dá segurança às empresas que queiram fazer a exclusão desses valores" Gisele Bossa

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

PF e Receita apreendem 30 kg de cocaína escondidos em contêiner com açaí no Pará

Uma operação conjunta da Polícia Federal (PF) e da **Receita Federal** resultou na apreensão de aproximadamente 30 kg de cocaína, na madrugada de domingo (31), no porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA).

A droga foi encontrada durante uma inspeção em um contêiner refrigerado que transportava açaí com destino a Sydney, na Austrália. Os 30 tabletes do entorpecente estavam escondidos em um compartimento externo do equipamento.

A detecção foi possível com o auxílio da cadela farejadora Isa, da equipe K9, especializada na identificação de substâncias ilícitas. Segundo os agentes, os pacotes estavam bem escondidos e só foram localizados após uma vistoria detalhada com o uso da cadela.

A carga foi imediatamente apreendida e a Polícia Federal instaurou inquérito para apurar a origem da droga, bem como identificar os responsáveis pelo tráfico internacional.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3229#book>

Crime organizado: RF pode ser um órgão de segurança

Alexa Salomão

A **Receita Federal** é conhecida como uma máquina de cobrar **tributos**, mas tem potencial para se tornar um órgão de segurança e uma força de inteligência contra o crime organizado no Brasil. A prova disso, diz Márcia Meng, superintendente do órgão em São Paulo, está na Operação Carbono Oculto.

Foi o esforço da Receita em seguir o dinheiro que levou a força-tarefa até corretoras e fintechs (já reguladas pelo BC, exceto as com movimentação financeira muito reduzida, e a partir de agora também obrigadas a reportar as transações à Receita) da Faria Lima contaminadas pelo PCC (Primeiro Comando da Capital). "A **Receita Federal** trabalha para identificar a necessidade de cobrança de **tributos** na atividade econômica e, por isso, tem um conjunto de dados que nenhum outro órgão tem", diz Meng.

"A gente não precisa desconfiar de alguém para pedir a um juiz a quebra do sigilo e investigar, do ponto de vista econômico, um esquema financeiro. A Receita tem essa informação o tempo todo, 24 horas por dia, sete dias por semana."

Auditora fiscal há 29 anos e primeira mulher a chefiar a maior região fiscal do Brasil, Meng ficou na linha de frente das investigações. Segundo ela, o adiamento da norma mais rígida para fintechs e diversificação no uso de fundos na economia brasileira abriram novas brechas para as facções.

Meng avisa que o trabalho de combate à infiltração do crime organizado em empresas formais está apenas no começo e vai exigir crescente atuação no setor financeiro. "A maior arma do crime organizado não é a bomba atômica, é o dinheiro", afirma ela.

"É preciso confiscar a droga, fechar a empresa clandestina, prender os criminosos. Mas o trabalho da Receita é tirar o instrumento financeiro deles e vamos atuar nisso com responsabilidade."

A Folha fez a seguinte indagação: "Até para as pessoas entenderem a dimensão do desafio, qual foi o fio da meada dessa megaoperação contra o PCC em combustíveis e setor financeiro?"

Márcia Cecília Meng respondeu que "por incrível que

pareça, foi quando nós identificamos o uso de maquininhas para fins que, avaliamos, eram inadequados. Utilizaram as maquininhas para a introdução de dinheiro em fintechs. Isso não é habitual. Normalmente, as fintechs fazem transferências. Pesquisamos e vimos todos aqueles mecanismos. Estavam recebendo dinheiro no balcão e colocando em conta bolsão da fintech.

É importante entender que uma pessoa não chega na boca do caixa com um saco de dinheiro e deposita R\$ 150 milhões. O valor é fracionado em diversas contas, diversos CPFs. Quando você vê que ao longo de dois anos aquela pessoa ou pessoas relacionadas a ela injetaram R\$ 150 milhões numa única agência, isso é um fio de meada".

Site:

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3229#book>

Derrota na PEC fragiliza oposição

A oposição no Congresso Nacional sofreu uma derrota significativa nesta semana ao não conseguir avançar com a chamada "PEC da Blindagem", proposta para ampliar as prerrogativas parlamentares e limitar a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) contra deputados e senadores. A movimentação consolidou a vitória do governo, que contou com a articulação do Centrão para barrar a iniciativa, e deixou expostas fragilidades na estratégia oposicionista.

Apesar do revés, a oposição chegou a emplacar uma vitória simbólica na mesma semana, ao eleger o senador Carlos Viana (Podemos-MG) presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que apura desvios no **INSS**. A eleição foi feita em votação secreta, contrariando a indicação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União- -AP), que havia lançado o senador Omar Aziz (PSD-AM) para o posto com apoio do Palácio do Planalto.

O resultado - 17 votos a 14 - foi interpretado como um recado da oposição de que mantém articulação ativa mesmo diante da agenda travada no plenário.

A PEC da Blindagem, relatada por Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), previa que investigações contra parlamentares só poderiam avançar mediante autorização do Legislativo e restringia prisões a casos de crimes inafiançáveis, como racismo ou tráfico de drogas. Apesar do empenho inicial do PL, maior bancada da Câmara, o partido recuou após desgaste nas redes sociais e críticas da imprensa.

O líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), admitiu a mudança de rota: "Se algum outro partido quiser levar o tema adiante, vamos ser coadjuvantes. Não vou ficar me sacrificando em detrimento de alguns que não querem. Esse é um benefício para todos, mas muitos preferem acovardar-se", afirmou em entrevista à GloboNews na última quinta-feira.

Anistia

Sem a blindagem, a aposta da oposição agora é concentrar esforços na anistia aos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. A movimentação ocorre às vésperas do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no STF, marcado para começar amanhã.

Na avaliação de governistas, trata-se de uma "manobra desesperada". O deputado Reginaldo Veras (PV- -DF) foi direto: "A extrema- direita não tem pauta

para o país, só insiste nessa história de anistia. O ex-presidente será julgado e certamente será preso.

As provas são irrefutáveis".

Para ele, a PEC da Blindagem era apenas um instrumento para abrir espaço a uma agenda de impunidade: "Imagina eu, criminoso, só poder ser investigado se eu mesmo autorizar. A lógica era essa", disse em entrevista ao Correio.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) também avalia que a derrota da blindagem freou as tentativas de criar um ambiente de proteção para parlamentares alinhados a Bolsonaro: "Era uma proposta casuística, que isolava o Congresso da sociedade. [...] Se fosse aprovada, criaria uma aura de impunidade para parlamentares envolvidos até no motim que ocupou a Mesa da Câmara. Felizmente não prosperou", afirmou.

O episódio da ocupação da Mesa Diretora da Câmara, liderada por parlamentares bolsonaristas após a prisão domiciliar de Bolsonaro, deixou o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), numa posição delicada. Inicialmente visto nos bastidores como "fragilizado", ele tenta agora recompor sua autoridade diante do Planalto e da oposição.

Veras acredita que o parlamentar aprendeu com o episódio: "Num primeiro momento, ele mostrou fragilidade, mas depois firmeza. Se abrir a sessão para essas pautas, corre o risco de ser presidente apenas no nome, sem comando real", disse.

Na visão da oposição, porém, Motta estaria cedendo a pressões externas. O deputado Alberto Fraga (PL-DF) avaliou ao Correio a postura do presidente da Câmara: "Na minha opinião, ele está sendo chantageado pelo governo. (...) A pauta das prerrogativas reforça apenas o que já está na Constituição, mas o STF vem ignorando.

Essa PEC é necessária".

Desgaste

Enquanto a base governista vê a derrota da blindagem como definitiva, a oposição insiste que o tema pode voltar. Fraga sustenta que a PEC das prerrogativas ainda pode prosperar. "Eu acredito que o Hugo vai colocar em pauta. A do foro é mais difícil, mas a das prerrogativas precisa avançar", declarou.

Maria do Rosário, por sua vez, avalia que a resistência da sociedade tornou o retorno improvável: "Na medida em que não conseguiram pautar naquele dia, dificilmente voltará. Agora o foco será o julgamento do Bolsonaro".

Nos bastidores, analistas também veem desgaste tanto para Motta quanto para a oposição. Rudá Ricci, sociólogo e cientista político da Universidade Estadual de Campina Grande, diz que a blindagem era tratada como parte de um percurso até o benefício ao ex-presidente: "A extrema-direita via na PEC uma trilha para chegar à anistia. (...) Com o adiamento, eles foram obrigados a se expor e propor diretamente a anistia, o que aumenta o desgaste político".

Ricci também aponta a dificuldade de Motta em se firmar: "Ele oscila entre dar sinais ao governo e à oposição. Isso revela perda de autoridade. No fim, quem mantém ascendência real sobre a Câmara é Arthur Lira (PP-AL), não Hugo Motta".

Com o recuo da blindagem e a dificuldade da oposição em articular apoio amplo, o governo saiu fortalecido. Nos bastidores, a avaliação é de que o resultado demonstrou o isolamento dos bolsonaristas e a capacidade de articulação do Centrão a favor da governabilidade.

Ainda assim, a próxima semana promete tensão. A oposição deve insistir em colocar a anistia em pauta, mesmo com baixa chance de avanço. Para os governistas, será mais um round de confronto simbólico. "Eles estão no desespero".

Não têm projeto para o país, só tentam proteger o ex-presidente. Mas a sociedade não vai engolir isso", resume o deputado Reginaldo Veras.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7760/01-09-2025.html?all=1>

Senado torna sigilosas visitas a parlamentares

Comissão que investiga fraudes em benefícios não terá acesso aos nomes das pessoas que estiveram nos gabinetes da Casa, entre elas o lobista conhecido como "Careca do **INSS**"

Brasília - Um parecer feito pela Advocacia do Senado Federal a pedido da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS** sustenta que os nomes de pessoas que estiveram nos gabinetes de deputados e senadores devem ser mantidos sob sigilo. Atendendo a uma consulta formulada pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da CPMI, a Advocacia afirmou que algumas informações - hoje alvo de requerimentos apresentados à comissão - não podem ser divulgadas.

O registro de entrada nos gabinetes parlamentares se tornou uma das prioridades da CPMI do **INSS** por causa do lobista Antonio Carlos Camilo Antunes, conhecido como "Careca do **INSS**". Ele foi convocado pela CPMI, mas a oposição ainda mira a lista de gabinetes visitados por ele na Câmara dos Deputados e no Senado a partir de 2019, além dos dias em que esteve na sede do **INSS** e no Ministério da Previdência.

Entre as perguntas encaminhadas à Advocacia do Senado, Viana questionou se a CPMI teria poder de requisitar as informações de acesso de uma pessoa ao gabinete de um parlamentar. O parecer apontou que o pedido seria inconstitucional e que a CPMI só poderia obter a relação de pessoas que estiveram no Congresso sem o detalhamento dos gabinetes visitados. "É inconstitucional requisitar informações de acesso de pessoas a gabinetes parlamentares. Contudo, não haverá problema requisitar informações de acesso de pessoas ao prédio do Congresso, desde que não importe em devassa indiscriminada capaz de revelar o acesso aos gabinetes dos membros do Poder Legislativo", diz o parecer assinado pelo advogado do Senado Marcelo Cheli de Lima.

O relator da CPMI, deputado federal Alfredo Gaspar, reclamou da situação. "Não tem problema nenhum qualquer cidadão brasileiro fazer uma visita a um gabinete de um parlamentar. O problema é esconder qual parlamentar e qual assunto foi tratado", disse, após a sessão de quinta-feira (28).

Outro ponto do parecer jurídico foi objeto de polêmica,

por causa do depoimento do delegado da PF Bruno Oliveira Pereira Bergamaschi, um dos responsáveis pela operação Sem Desconto, deflagrada em abril. Bergamaschi falou à CPMI durante cinco horas em reunião fechada. A participação dele mobilizou a Advocacia-Geral da União, a Advocacia-Geral do Senado e até o ministro do Supremo Tribunal Federal) André Mendonça, relator da investigação das fraudes no **INSS**.

Em meio ao vaivém de interpretações jurídicas sobre o que poderia ou não ser compartilhado, Viana ameaçou prender Bergamaschi. A situação causou enorme mal-estar, segundo duas pessoas que acompanhavam a comissão. O relator da CPMI disse que o delegado inicialmente se recusou a esclarecer até mesmo informações que já são públicas.

"O delegado respondia que não podia falar. Insisti, esclarecendo que as perguntas tratavam apenas de dados já publicizados. Foi necessário que o STF se manifestasse para que o delegado mudasse de postura e esclarecesse os fatos", afirmou. Ainda em resposta à consulta do presidente da comissão, o advogado da CPMI afirmou que um delegado da Polícia Federal não poderia se recusar a passar informações sobre inquéritos sigilosos que preside, dispensando a necessidade e autorização judicial para o compartilhamento.

Diante de argumentos sobre risco de vazamento de investigações em andamento, a ad-vogada-geral do Senado, Gabrielle Tatith Pereira, teve que emitir novo parecer facultando ao delegado o direito de sugerir que a CPI recorra à Justiça para a obtenção de informações protegidas por sigilo.

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

Perda gigante para a Previdência

Além de o empregador deixar de recolher uma série de obrigações, o trabalhador por conta própria com CNPJ também paga menos **impostos** e contribuição ao **INSS**. No caso dos 4,8 milhões que migraram da carteira assinada para a pejetização, eles e seus empregadores deixaram de recolher no período R\$ 61,4 bilhões à Previdência e R\$ 24,2 bilhões ao FGTS.

Segundo estudo da Eaesp sobre o tema, a arrecadação média gerada pelos trabalhadores por conta própria nos regimes de

MEI e Simples girava em torno de R\$ 4.100 ao ano ao final de 2023. No caso dos empregados com carteira, ela ultrapassava R\$ 33.100. Se todos os trabalhadores contratados a partir da reforma de 2017 tivessem sido empregados com carteira, a arrecadação pelo Estado teria sido R\$ 144 bilhões maior em relação ao observado.

De 2020 a março deste ano, foram ajuizadas 1,2 milhão de reclamações trabalhistas pleiteando vínculos na Justiça do Trabalho (8,3% do total). Em razão da profusão de casos, o ministro Gilmar Mendes, do STF, determinou em abril a suspensão de todos os processos que tratam da licitude da contratação de trabalhador autônomo ou pessoa jurídica com CNPJ.

Mendes marcou para 10 de setembro audiência pública para discutir a pejetização no país e seus impactos sobre a arrecadação, a fim de que a Corte possa tomar uma decisão definitiva sobre o tema.

Para José Pastore, da FEA-USP e especialista em mercado de trabalho, há uma "grande faixa cinzenta" entre trabalhos que podem ser realizados por autônomos e por contratados com carteira assinada.

Ele defende, no entanto, que a pejetização deva ser autorizada para muitas funções e o que estaria errado, a seu ver, são os valores diminutos pagos à Previdência, por exemplo, por trabalhadores por conta própria com CNPJ, sobretudo os MEI -que recolhem mensalmente apenas R\$ 76,90 a R\$ 81,90 entre **INSS**, ICMS e ISS, dependendo do ramo de atividade.

Site:

https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?_gl=1*1u87e6q*_ga*MTk1Njg5MDczMi4xNzU0ODYyMTA5*_ga_L3L0ERE8KX*czE3NTY3MTkxMzUkbzE0JGcwJHQxNzU2NzE5MTM2JGo1OSRsMCRoMTM4NzM3M

zU4MyRkMnVfcFpLWWd3YUVjMDRRZk8zTG5KdWkyT3R
acUdscXIQQQ

Turbinado por juros, ganho de capital faz renda da classe A crescer mais

Pobres e ricos Rendimentos

No ano que vem, a renda da classe A deve crescer mais por causa do ganho do capital investido, impulsionado pelos juros elevados e pelos dividendos. "No entanto, a contribuição da política monetária para a renda do topo da pirâmide tende a se reduzir ao longo de 2026, à medida que se consolida o processo de flexibilização da taxa de juros", diz Giuliana Folego, analista econômica da Tendências Consultoria.

No outro extremo, as famílias das classes D e E dependem de forma expressiva das transferências provenientes da **Previdência Social**, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Bolsa Família.

Nesse estrato mais pobre da população, os recursos do BPC e do Bolsa representam 17,6% da origem da renda obtida. Outra fatia relevante vem da **Previdência Social** (37,6%).

O Bolsa Família passou por uma grande reformulação desde o início do governo Lula, quando o valor base do programa foi estabelecido em R\$ 600, além de adicionais para crianças, adolescentes e gestantes. Em 2025, não houve reajuste do benefício.

"Essa recomposição das transferências elevou temporariamente a massa de recursos direcionados às famílias mais pobres", afirma a analista da Tendências. "No entanto, a partir de 2024, com o aperto fiscal e o endurecimento das regras de elegibilidade, como a obrigatoriedade de biometria, o cadastramento bienal e a revisão de famílias unipessoais, houve estagnação na expansão das transferências sociais."

Já a classe B segue beneficiada por um emprego ainda aquecido - os recursos do trabalho são responsáveis por 87,4% da renda dessa parcela da população. Por fim, a classe C deve registrar um ganho menor por causa da **inflação** alta e do custo elevado do crédito.

"Caso a proposta de isenção do Imposto de Renda para rendimentos de até R\$ 5 mil seja aprovada, poderá haver um alívio fiscal relevante para essa faixa, aumentando a renda disponível para consumo", observa Giuliana.

Na disputa entre ricos e pobres que o governo encampa, a grande aposta da administração petista para recuperar a popularidade e entrar mais forte na disputa presidencial do ano que vem é a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

COMPORTAMENTO DA RENDA.

No acumulado do terceiro governo Lula, o comportamento da renda por classes econômicas deve ser semelhante ao projetado para o próximo ano. Entre 2023 e 2026, a renda da classe B deve acumular um ganho de 35%, e a A vai registrar um aumento de 25,1%, de acordo com a Tendências. Em seguida, aparecem os ganhos acumulados da classe C (21,2%) e, por último, das classes D e E (10%).

"A maior parte do eleitorado está entre os mais pobres. Em termos absolutos, vale muito mais a pena você ter essa conexão do que com os mais ricos. Cada pessoa é um voto. E é ótimo que assim seja", afirma Carlos Melo, cientista político e professor do Insper. "O PT tem ganho as eleições assim. Não é à toa que tem ganho no

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Motta avança em agenda, mas turbulência é risco

Beatriz Roscoe De Brasília

Quase um mês após a ocupação bolsonarista que paralisou os trabalhos legislativos na Câmara dos Deputados, a agenda prioritária defendida pelo presidente da Casa, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), avança em alguns pontos, mas enfrenta resistências que podem reacender conflitos.

O início do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), as ameaças de desembarque de partidos do governo e a frustração do Centrão - que não conseguiu votar a chamada "PEC da Blindagem" - tendem a azedar o clima e atravancar a votação, nesta semana, do projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha mais de R\$ 5 mil.

Por outro lado, Motta conseguiu avançar com alguns dos projetos listados entre as prioridades para o semestre: a proteção das crianças nas redes, a urgência do projeto do IR, a reforma administrativa, a regulamentação da inteligência artificial e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS**.

No início de agosto, parlamentares do PL e aliados exigiram pautar uma série de projetos, como a anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, como contrapartida para a desobstrução dos trabalhos da Casa. O motim ocorreu após a prisão domiciliar de Bolsonaro. A ação foi repudiada por Motta, que considerou o ocorrido "inaceitável" e negou ter feito acordos com o grupo. Mas, depois, acabou incluindo na pauta da Casa dois projetos defendidos pela oposição: a PEC da Blindagem, cujo objetivo é impedir deputados e senadores de serem processados sem autorização do Congresso, e o projeto sobre o fim do foro. Não houve, porém acordo para viabilizar a votação.

Para retomar o controle da agenda, o presidente da Câmara surfou na repercussão do vídeo do "youtuber" Felca sobre "adultização infantil". Ele pautou, discutiu e conseguiu aprovar o projeto que cria regras para proteção das crianças na internet e responsabiliza as plataformas digitais. O texto venceu a polarização e uniu os deputados em uma pauta popular e positiva, que Motta considerou "urgente".

Além disso, houve avanços nas articulações da

reforma administrativa. Relator da proposta, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) avalia que os textos devem ser votados até o início de outubro. "O diálogo com a política está indo muito bem, com os setores, a receptividade é ótima. A apresentação do relatório depende da decisão do presidente, mas eu estou pronto para apresentar", disse Pedro Paulo. Na quarta-feira (3), está prevista a instalação da comissão geral para debater o assunto.

A PEC da Segurança é outro tema destacado como prioridade. Após a repercussão das operações deflagradas pela Polícia Federal (PF) para combater a atuação do crime organizado no setor de combustíveis, o deputado que relatou a proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Mendonça Filho (União-PE), avalia que o texto ganhará tração. Segundo ele, os nomes foram indicados pelos partidos e a comissão especial pode ser instalada já nesta semana. O parlamentar afirmou que Motta deve levar o assunto para a próxima reunião do colégio de líderes.

Já a CPMI do **INSS** foi instalada, mas com uma vitória inicial da oposição. O grupo conseguiu o comando do colegiado, e Motta afirmou que não soube das articulações. O relator de perfil "moderado" que havia escolhido, Ricardo Ayres (Republicanos-TO), acabou perdendo o posto para o deputado de direita, Alfredo Gaspar (União-AL)

Segundo a presidente da comissão que debate a regulamentação da Inteligência Artificial, deputada Luísa Canziani (PSD-PR), os trabalhos transcorrem de acordo com o plano apresentado pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apenas com uma semana de atraso. "As audiências públicas devem ser encerradas em setembro. Minha avaliação é bastante positiva, as audiências têm sido produtivas. Não acredito que tenhamos muito atraso com relação ao cronograma."

A votação do projeto do IR é a mais suscetível a sofrer impactos de novas turbulências políticas. Apesar do regime de urgência ter sido aprovado sem grandes percalços e do sentimento majoritário da Câmara ser a favor da proposta, há movimentos para modificar a compensação do Executivo - que consiste na tributação de 10% da alta renda.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou em entrevista que a votação será nesta semana. Motta disse que o texto do relator Arthur Lira (PP-AL) aprovado na comissão especial está "maduro" para ir a plenário e deve ser mantido. Por outro lado, fontes próximas a Lira avaliam que há "confusão" em relação às propostas de destaques e que o Centrão ainda está frustrado com a tentativa fracassada de votar a PEC da Blindagem. Esse cenário pode adiar a votação do projeto.

Motta avançou em temas como isenção do IR, reforma administrativa e adultização

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

Com derrota na PEC da Blindagem, oposição concentra esforços na anistia

Danandra Rocha +

A oposição no Congresso Nacional sofreu uma derrota significativa nesta semana ao não conseguir avançar com a chamada PEC da Blindagem, proposta para ampliar as prerrogativas parlamentares e limitar a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) contra deputados e senadores. A movimentação consolidou a vitória do governo, que contou com a articulação do Centrão para barrar a iniciativa, e deixou expostas fragilidades na estratégia oposicionista.

Apesar do revés, a oposição chegou a emplacar uma vitória simbólica na mesma semana, ao eleger o senador Carlos Viana (Podemos-MG) presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que apura desvios no **INSS**. A eleição foi feita em votação secreta, contrariando a indicação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que havia lançado o senador Omar Aziz (PSD-AM) para o posto com apoio do Palácio do Planalto. O resultado - 17 votos a 14 - foi interpretado como um recado da oposição de que mantém articulação ativa mesmo diante da agenda travada no plenário.

A PEC da Blindagem, relatada por Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), previa que investigações contra parlamentares só poderiam avançar mediante autorização do Legislativo e restringia prisões a casos de crimes inafiançáveis, como racismo ou tráfico de drogas. Apesar do empenho inicial do PL, maior bancada da Câmara, o partido recuou após desgaste nas redes sociais e críticas da imprensa.

O líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), admitiu a mudança de rota: Se algum outro partido quiser levar o tema adiante, vamos ser coadjuvantes. Não vou ficar me sacrificando em detrimento de alguns que não querem. Esse é um benefício para todos, mas muitos preferem acovardar-se, afirmou em entrevista à GloboNews na última quinta-feira.

Sem a blindagem, a aposta da oposição agora é concentrar esforços na anistia aos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. A movimentação ocorre às vésperas do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no STF, marcado para começar amanhã.

Na avaliação de governistas, trata-se de uma manobra

desesperada. O deputado Reginaldo Veras (PV-DF) foi direto: A extrema-direita não tem pauta para o país, só insiste nessa história de anistia. O ex-presidente será julgado e certamente será preso. As provas são irrefutáveis. Para ele, a PEC da Blindagem era apenas um instrumento para abrir espaço a uma agenda de impunidade: Imagina eu, criminoso, só poder ser investigado se eu mesmo autorizar. A lógica era essa, disse em entrevista ao Correio.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) também avalia que a derrota da blindagem freou as tentativas de criar um ambiente de proteção para parlamentares alinhados a Bolsonaro: Era uma proposta casuística, que isolava o Congresso da sociedade. [...] Se fosse aprovada, criaria uma aura de impunidade para parlamentares envolvidos até no motim que ocupou a Mesa da Câmara. Felizmente não prosperou, afirmou.

O episódio da ocupação da Mesa Diretora da Câmara, liderada por parlamentares bolsonaristas após a prisão domiciliar de Bolsonaro, deixou o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), numa posição delicada. Inicialmente visto nos bastidores como fragilizado, ele tenta agora recompor sua autoridade diante do Planalto e da oposição.

Veras acredita que o parlamentar aprendeu com o episódio: Num primeiro momento, ele mostrou fragilidade, mas depois firmeza. Se abrir a sessão para essas pautas, corre o risco de ser presidente apenas no nome, sem comando real, disse.

Na visão da oposição, porém, Motta estaria cedendo a pressões externas. O deputado Alberto Fraga (PL-DF) avaliou ao Correio a postura do presidente da Câmara: Na minha opinião, ele está sendo chantageado pelo governo. (...) A pauta das prerrogativas reforça apenas o que já está na Constituição, mas o STF vem ignorando. Essa PEC é necessária.

Enquanto a base governista vê a derrota da blindagem como definitiva, a oposição insiste que o tema pode voltar. Fraga sustenta que a PEC das prerrogativas ainda pode prosperar. Eu acredito que o Hugo vai colocar em pauta. A do foro é mais difícil, mas a das prerrogativas precisa avançar, declarou.

Maria do Rosário, por sua vez, avalia que a resistência da sociedade tornou o retorno improvável: Na medida em que não conseguiram pautar naquele dia, dificilmente voltará. Agora o foco será o julgamento do Bolsonaro .

Nos bastidores, analistas também veem desgaste tanto para Motta quanto para a oposição. Rudá Ricci, sociólogo e cientista político da Universidade Estadual de Campina Grande, diz que a blindagem era tratada como parte de um percurso até o benefício ao ex-presidente: A extrema-direita via na PEC uma trilha para chegar à anistia. (...) Com o adiamento, eles foram obrigados a se expor e propor diretamente a anistia, o que aumenta o desgaste político .

Ricci também aponta a dificuldade de Motta em se firmar: Ele oscila entre dar sinais ao governo e à oposição. Isso revela perda de autoridade. No fim, quem mantém ascendência real sobre a Câmara é Arthur Lira (PP-AL), não Hugo Motta .

Com o recuo da blindagem e a dificuldade da oposição em articular apoio amplo, o governo saiu fortalecido. Nos bastidores, a avaliação é de que o resultado demonstrou o isolamento dos bolsonaristas e a capacidade de articulação do Centrão a favor da governabilidade.

Ainda assim, a próxima semana promete tensão. A oposição deve insistir em colocar a anistia em pauta, mesmo com baixa chance de avanço. Para os governistas, será mais um round de confronto simbólico. Eles estão no desespero. Não têm projeto para o país, só tentam proteger o ex-presidente. Mas a sociedade não vai engolir isso , resume o deputado Reginaldo Veras.

A oposição no Congresso Nacional sofreu uma derrota significativa nesta semana ao não conseguir avançar com a chamada PEC da Blindagem , proposta para ampliar as prerrogativas parlamentares e limitar a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) contra deputados e senadores. A movimentação consolidou a vitória do governo, que contou com a articulação do Centrão para barrar a iniciativa, e deixou expostas fragilidades na estratégia oposicionista.

Apesar do revés, a oposição chegou a emplacar uma vitória simbólica na mesma semana, ao eleger o senador Carlos Viana (Podemos-MG) presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que apura desvios no **INSS**. A eleição foi feita em votação secreta, contrariando a indicação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que havia lançado o senador Omar Aziz (PSD-AM) para o posto com apoio do Palácio do Planalto. O resultado - 17

votos a 14 - foi interpretado como um recado da oposição de que mantém articulação ativa mesmo diante da agenda travada no plenário.

A PEC da Blindagem, relatada por Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), previa que investigações contra parlamentares só poderiam avançar mediante autorização do Legislativo e restringia prisões a casos de crimes inafiançáveis, como racismo ou tráfico de drogas. Apesar do empenho inicial do PL, maior bancada da Câmara, o partido recuou após desgaste nas redes sociais e críticas da imprensa.

O líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), admitiu a mudança de rota: Se algum outro partido quiser levar o tema adiante, vamos ser coadjuvantes. Não vou ficar me sacrificando em detrimento de alguns que não querem. Esse é um benefício para todos, mas muitos preferem acovardar-se , afirmou em entrevista à GloboNews na última quinta-feira.

Sem a blindagem, a aposta da oposição agora é concentrar esforços na anistia aos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. A movimentação ocorre às vésperas do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no STF, marcado para começar amanhã.

Na avaliação de governistas, trata-se de uma manobra desesperada . O deputado Reginaldo Veras (PV-DF) foi direto: A extrema-direita não tem pauta para o país, só insiste nessa história de anistia. O ex-presidente será julgado e certamente será preso. As provas são irrefutáveis . Para ele, a PEC da Blindagem era apenas um instrumento para abrir espaço a uma agenda de impunidade: Imagina eu, criminoso, só poder ser investigado se eu mesmo autorizar. A lógica era essa , disse em entrevista ao Correio .

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) também avalia que a derrota da blindagem freou as tentativas de criar um ambiente de proteção para parlamentares alinhados a Bolsonaro: Era uma proposta casuística, que isolava o Congresso da sociedade. [...] Se fosse aprovada, criaria uma aura de impunidade para parlamentares envolvidos até no motim que ocupou a Mesa da Câmara. Felizmente não prosperou , afirmou.

O episódio da ocupação da Mesa Diretora da Câmara, liderada por parlamentares bolsonaristas após a prisão domiciliar de Bolsonaro, deixou o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), numa posição delicada. Inicialmente visto nos bastidores como fragilizado , ele tenta agora recompor sua autoridade diante do Planalto e da oposição.

Veras acredita que o parlamentar aprendeu com o episódio: Num primeiro momento, ele mostrou fragilidade, mas depois firmeza. Se abrir a sessão para essas pautas, corre o risco de ser presidente apenas no nome, sem comando real , disse.

Na visão da oposição, porém, Motta estaria cedendo a pressões externas. O deputado Alberto Fraga (PL-DF) avaliou ao Correio a postura do presidente da Câmara: Na minha opinião, ele está sendo chantageado pelo governo. (...) A pauta das prerrogativas reforça apenas o que já está na Constituição, mas o STF vem ignorando. Essa PEC é necessária .

Enquanto a base governista vê a derrota da blindagem como definitiva, a oposição insiste que o tema pode voltar. Fraga sustenta que a PEC das prerrogativas ainda pode prosperar. Eu acredito que o Hugo vai colocar em pauta. A do foro é mais difícil, mas a das prerrogativas precisa avançar , declarou.

Maria do Rosário, por sua vez, avalia que a resistência da sociedade tornou o retorno improvável: Na medida em que não conseguiram pautar naquele dia, dificilmente voltará. Agora o foco será o julgamento do Bolsonaro .

Nos bastidores, analistas também veem desgaste tanto para Motta quanto para a oposição. Rudá Ricci, sociólogo e cientista político da Universidade Estadual de Campina Grande, diz que a blindagem era tratada como parte de um percurso até o benefício ao ex-presidente: A extrema-direita via na PEC uma trilha para chegar à anistia. (...) Com o adiamento, eles foram obrigados a se expor e propor diretamente a anistia, o que aumenta o desgaste político .

Ricci também aponta a dificuldade de Motta em se firmar: Ele oscila entre dar sinais ao governo e à oposição. Isso revela perda de autoridade. No fim, quem mantém ascendência real sobre a Câmara é Arthur Lira (PP-AL), não Hugo Motta .

Com o recuo da blindagem e a dificuldade da oposição em articular apoio amplo, o governo saiu fortalecido. Nos bastidores, a avaliação é de que o resultado demonstrou o isolamento dos bolsonaristas e a capacidade de articulação do Centrão a favor da governabilidade.

Ainda assim, a próxima semana promete tensão. A oposição deve insistir em colocar a anistia em pauta, mesmo com baixa chance de avanço. Para os governistas, será mais um round de confronto simbólico. Eles estão no desespero. Não têm projeto para o país, só tentam proteger o ex-presidente. Mas a sociedade não vai engolir isso , resume o deputado

Reginaldo Veras.

Com o recuo da blindagem e a dificuldade da oposição em articular apoio amplo, o governo saiu fortalecido. Nos bastidores, a avaliação é de que o resultado demonstrou o isolamento dos bolsonaristas e a capacidade de articulação do Centrão a favor da governabilidade.

Ainda assim, a próxima semana promete tensão. A oposição deve insistir em colocar a anistia em pauta, mesmo com baixa chance de avanço. Para os governistas, será mais um round de confronto simbólico. Eles estão no desespero. Não têm projeto para o país, só tentam proteger o ex-presidente. Mas a sociedade não vai engolir isso , resume o deputado Reginaldo Veras.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/09/72-38581-com-derrota-na-pec-da-blindagem-oposicao-concentra-esforcos-na-anistia.html>

CPI do INSS ouve advogado responsável pelas primeiras denúncias sobre as fraudes no órgão

A CPI do **INSS** vai ouvir, nesta segunda-feira, o advogado **Eli Cohen**, responsável pelas primeiras denúncias sobre as fraudes no órgão. Com o depoimento dele, os parlamentares esperam ter um detalhamento sobre a origem de documentos e provas colhidas, além de entender como empresas privadas podem ter participado das fraudes no instituto. Ainda nesta semana, a CPI deve receber um dos ex-ministros da Previdência, de acordo com o presidente do colegiado, o senador Carlos Viana (Podemos-MG).

Segundo Viana, o nome ainda não está definido, já que como os ex-ministros estão sendo convidados, é necessário checar o melhor dia em suas agendas. Viana afirma, entretanto, que a intenção é que os ex-ministros mais recentes sejam ouvidos antes, o que aumenta as chances de Carlos Lupi (PDT-RJ), que chefiava a pasta da Previdência quando o esquema foi descoberto, seja recebido para depor.

Já o depoimento de Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como o "careca do **INSS**", é descartado no momento, embora a Comissão já conte com requerimento aprovado para ouvi-lo.

- Ele só será chamado quando tivermos embasamento para aprofundarmos um depoimento. Antes dele, queremos ouvir ex-ministros, **servidores públicos** da Controladoria Geral da União, Dataprev e Ministério da Previdência - disse.

Ele é apontado como operador central, responsável por intermediar as relações entre associações fraudulentas e **servidores públicos**. Relatórios da PF indicam que Antunes movimentou R\$ 53 milhões em valores oriundos de entidades sindicais e empresas relacionadas, muito acima da renda mensal de R\$ 24 mil que declarava oficialmente. Parte desses recursos teria sido usada para comprar presentes a dirigentes do **INSS**, como um veículo Porsche de R\$ 500 mil transferido para a esposa de um procurador do órgão.

Ainda nesta semana, membros da CPI devem se encontrar com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para tratar de requerimentos que pedem a quebra de sigilo sobre entradas e saídas de investigados no Congresso. Na última semana,

requerimentos sobre as visitas de Careca do **INSS** a senadores não chegaram a ser votados, já que visitas a senadores já foram colocadas sob sigilos diante do argumento de que isso infringiria a imunidade parlamentar.

- Precisamos conversar com Alcolumbre e mostrar que esses dados são fundamentais para as investigações - completou Viana.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/09/01/cpi-do-inss-ouve-advogado-responsavel-pelas-primeiras-denuncias-sobre-as-fraudes-no-orgao.ghtml>

Projeções para o PIB do segundo trimestre indicam que economia perde fôlego

A desaceleração econômica, projetada desde o fim do ano passado, deve ter se concretizado no segundo trimestre, se forem confirmadas as expectativas de economistas de que o crescimento será menor do que no início do ano. O IBGE divulga os dados oficiais do **PIB** na próxima terça-feira.

No primeiro trimestre, a supersafra fez o setor agropecuário subir bem, puxando o **PIB** para cima, que se somou ao forte consumo das famílias e aos investimentos, que vieram com resultado acima do esperado. A alta foi de 1,4% frente ao último trimestre de 2024. Agora, os serviços devem ter sustentado a atividade, impedindo uma queda no indicador.

- Será um número mais fraco, mas ainda com sinais mistos, porque alguns fundamentos apontam para expansão, principalmente com o mercado de trabalho, que continua como fator de sustentação para setores sensíveis à renda, sem falar em gastos fiscais ainda em patamares elevados, como previdência e BPC. Mas outros indicam esfriamento na esteira da política monetária apertada, tendo em vista a necessidade de controle da **inflação** - resume Rodolfo Margato, economista da XP, que prevê alta de 0,3% no segundo trimestre.

Pelo lado da atividade impulsionada pela renda estão os serviços prestados às famílias, uma vez que havia mais dinheiro disponível para gastar com serviços. Nesse setor, o economista Luís Otávio Leal, da G5 Partners, acrescenta que há ainda o impulso dos serviços de informação e comunicação, com a digitalização das empresas, e a corrida pela inteligência artificial gerando efeitos positivos. Para ele, o **PIB** deve apresentar estabilidade no segundo trimestre.

- É uma dinâmica completamente diferente da indústria, por exemplo, que depende de crédito, depende de financiamento, e aí é onde bate mais forte essa questão dos juros em 15% (ao ano, a Taxa básica de juros, Selic). E essa desaceleração da indústria, ela conversa muito bem com o que a gente viu no mercado de crédito ao longo do segundo trimestre, que foi uma perda de vigor ou aumento da inadimplência - explica ele.

A indústria deve ser uma das principais responsáveis por puxar a atividade para baixo. Embora a indústria

extrativa ainda possa crescer, e indústria de transformação deve ter queda forte, uma vez que é um segmento mais sensível à política monetária restritiva.

Outros setores sensíveis às condições de crédito apertadas também devem puxar a atividade para baixo, como o comércio e os investimentos. Já o consumo das famílias pode ainda apresentar certo crescimento, impulsionado pela renda, mas também limitado pelo crédito.

Embora o agro não tenha apresentado resultados ruins, a base de comparação alta do primeiro trimestre deve ter levado o setor a uma leve queda, sem safras recordes para sustentá-lo.

Próximos trimestres

No terceiro trimestre, é esperada uma certa retomada da atividade, ainda que moderada, com o pagamento de precatórios impulsionando o consumo das famílias e uma agricultura que deve voltar a crescer com culturas como o milho, que deve ter safra recorde.

Além disso, Leal menciona o pagamento do ressarcimento dos descontos indevidos do **INSS** e a recuperação da concessão de crédito consignado privado a partir de julho, quando essa modalidade começou a ser operada dando como garantia o FGTS.

- A gente está com (crescimento) de 0,7% para o terceiro trimestre, por causa desse dinheiro sendo colocado na economia, tanto pelo precatório quanto pelo ressarcimento do **INSS**, além dessa questão do crédito consignado, que acho que vai pegar tração agora a partir do terceiro trimestre.

Já no quarto trimestre, as perspectivas são menos otimistas. Sem esse efeito de precatórios e com uma base de comparação mais elevada, além dos efeitos acumulados e defasados da política monetária apertada, vemos um **PIB** total ao redor de zero ou até ligeiramente negativo.

- Vemos um **PIB** total ao redor de zero ou até ligeiramente negativo - projetou Margato.

Para o ano, as expectativas variam entre 2% e 2,3%, com desaceleração em relação aos últimos anos, mas

ainda um crescimento robusto, sustentado pela forte atividade no primeiro trimestre. No entanto, há viés de baixa, diante de incertezas internas e externas.

Impactos do tarifaço

Embora os economistas ainda considerem que é cedo para definir quais serão os efeitos das tarifas impostas ao Brasil pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, é possível que esse fator externo possa contribuir para uma desaceleração maior da economia ao longo do ano.

Com possíveis impactos em setores industriais e na exportação do país, as tensões com a guerra comercial geram incerteza no mercado, o que por si só já pode prejudicar a atividade, como explica Juliana Trece, economista do Ibre/FGV. Para ela, a expectativa é de que a economia cresça 0,5% no segundo trimestre e 2% no ano.

- Quando a gente adiciona incerteza, mesmo que, efetivamente, o dado possa não ser tão ruim, os investidores começam a ficar um pouco silenciosos porque não sabem o que vai acontecer. Normalmente eles esperam ter mais informações, e isso é ruim porque as decisões de investimento antecedem o resultado que a gente vai ver na atividade econômica lá na frente.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/09/01/projecoes-para-o-pib-do-segundo-trimestre-indicam-que-economia-perde-folego.ghtml>

Salário mínimo: valor do piso nacional foi atualizado em 2025; veja

Colaboração para o UOL

O salário mínimo nacional atualizado começou a ser creditado nas contas dos trabalhadores em fevereiro, já com o valor reajustado para R\$ 1.518,00.

Apesar de o novo valor estar em vigor desde janeiro, o depósito só aparece no mês seguinte, pois os salários são sempre pagos após o período trabalhado. Assim, a correção passa a ser percebida no contracheque de fevereiro.

O piso nacional corresponde ao menor valor que um empregado pode receber por mês em atividade formal. Ele também serve de referência para o cálculo de benefícios previdenciários, programas assistenciais e direitos trabalhistas.

O reajuste atual elevou o mínimo em R\$ 106, o que equivale a 7,5% de aumento, percentual acima da **inflação**. Ainda assim, o valor final ficou menor do que poderia ser, em razão do limite de gastos aprovado no fim de 2024.

Antes, o cálculo do salário mínimo era feito considerando a **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) - geralmente mais favorável ao trabalhador do que o IPCA - somada à variação do **PIB** (Produto Interno Bruto). Com essa metodologia, o valor chegaria a R\$ 1.525.

A regra em vigor, porém, adicionou um novo critério: um teto de 2,5% para aumento de despesas. Dessa forma, mesmo que o **PIB** apresente crescimento maior, como 3,2%, aplica-se o limite máximo previsto.

O salário mínimo influencia diretamente aposentadorias do **INSS** e benefícios sociais, o que torna necessário controlar reajustes elevados para evitar impactos mais pesados no orçamento público em um cenário de restrição fiscal.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/09/01/salario-minimo-de-2025-valor-do-piso-nacional-foi-atualizado.htm>

Agenda da semana tem isenção do IR e reforma administrativa

FERNANDA STRICKLAND (colaborou *Alicia Bernardes*)

Reforma administrativa, isenção do Imposto de Renda e novo Código Eleitoral: três temas de grande impacto devem dominar a agenda do Congresso nesta semana.

Deputados e senadores se mobilizam para avançar nas propostas, ao mesmo tempo em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforça a defesa de sua política tributária.

Na Câmara dos Deputados, o destaque será a comissão-geral marcada para a próxima quarta-feira, quando parlamentares vão discutir a reforma administrativa. O presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos- PB), anunciou a data e defendeu que o tema não pode mais ser adiado, classificando-o como "a espinha dorsal da República" e essencial para garantir eficiência e justiça no serviço público.

"É claro que não vamos fazer uma reforma administrativa agradando a todos, para rever eficiência do Estado é preciso tomar uma medida que desagrade a um ao outro", disse ele. Para o presidente da Câmara, "há certo sentimento de que chegou a hora de o Congresso se posicionar de como podemos entregar à população que mais precisa serviços de qualidade, combater o desperdício e ter mais eficiência na prestação do serviço público".

O relator da proposta, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), avalia três caminhos legislativos: uma proposta de emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei complementar e um projeto de lei ordinária. Entre os principais pontos em discussão estão o fim das férias de 60 dias em determinadas carreiras, a definição de tabela de remuneração e regras para verbas indenizatórias, além da criação de critérios de avaliação de desempenho e bônus. O texto ainda passará por uma comissão especial antes de ser levado ao plenário.

Outro tema em pauta é a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil mensais, cujo mérito deve ser votado após reunião de líderes. O projeto prevê, também, redução parcial da cobrança para salários entre R\$ 5 mil e R\$ 7.350, e uma nova alíquota progressiva de até 10% para rendimentos acima de R\$ 50 mil. O relator é o deputado Arthur Lira

(PP-AL).

Segundo o diretor de auditoria interna e assuntos regulatórios da Contabilizei, Diego Zacarias Santos, "o projeto atualiza a tabela do IR com base em critérios de correção monetária e amplia a isenção para uma faixa de renda que, até então, estava sujeita à tributação e era considerada baixa para o custo de vida nas grandes cidades". Zacarias explica ainda que, a ampliação da faixa de transição evita saltos abruptos na tributação, permitindo um ajuste gradual do imposto à medida que a renda do contribuinte aumenta.

A estimativa é que a ampliação da faixa de desconto beneficie cerca de 500 mil contribuintes. "Do ponto de vista técnico, a extensão da faixa de desconto permite atender a um número maior de contribuintes que estão na fronteira entre a isenção e a tributação. Isso reduz distorções e torna a tabela mais compatível com a evolução de renda", comenta o diretor Diego Zacarias.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender, na última semana, a tributação sobre grandes fortunas e a isenção do IR para rendimentos de até R\$ 5 mil, ressaltando que "ricos não querem pagar Imposto de Renda, mas vão ter que pagar".

Ele afirmou que a proposta deve ser votada nesta semana, incluindo a taxa de pessoas que recebem mais de R\$ 1 milhão por ano, com alíquota de 10%.

O petista também destacou a aprovação da **reforma tributária**, que entrará em vigor em 2027, classificando-a como "possivelmente a mais moderna de qualquer país do mundo". Segundo Lula, a mudança permitirá crescimento econômico médio superior a 12% ao ano, com base em projeções de institutos de pesquisa e do vice-presidente Geraldo Alckmin.

O presidente ressaltou ainda o esforço de articulação política para aprovar projetos no Congresso, lembrando que governa com base parlamentar reduzida.

"Sou agradecido porque aprovamos 99% do que queríamos, inclusive, algo inédito neste país: uma **reforma tributária**", afirmou em entrevista à Record MG.

Código Eleitoral

No Senado, a expectativa é pela votação em plenário do novo Código Eleitoral, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. O ponto mais polêmico é a volta do voto impresso, medida anteriormente considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta prevê que cada urna imprima o registro do voto, que seria depositado em recipiente lacrado após conferência pelo eleitor.

Entre os pontos centrais, a proposta cria uma quarentena obrigatória para que militares e magistrados possam disputar cargos eletivos, além de instituir a reserva de 20% das cadeiras do Legislativo para mulheres. Também estão previstas restrições ao uso de inteligência artificial em campanhas, com o objetivo de evitar manipulações digitais.

Para conquistar apoio da oposição, o relator Marcelo Castro (MDB-PI) retirou trechos que ampliavam penas para a disseminação de notícias falsas, mas manteve as punições já previstas na legislação.

Ainda assim, a bancada opositora conseguiu incluir, por 14 votos a 12, a exigência de impressão do comprovante do voto eletrônico, medida antes rejeitada pelo relator. Pela proposta, a implantação será obrigatória já na eleição seguinte à sanção do novo código.

O texto também altera prazos de inelegibilidade para políticos condenados em determinados crimes. Críticos apontam que essa mudança pode enfraquecer a Lei da Ficha Limpa, criada para restringir a participação eleitoral de candidatos com histórico de condenações judiciais.

Os parlamentares aprovaram requerimento de urgência para acelerar a tramitação.

Uma versão anterior já havia sido aprovada pela Câmara em 2021, mas caso haja alterações, os deputados precisarão reavaliar a matéria.

Para que as novas regras tenham validade nas eleições de 2026, o Congresso precisa concluir a votação da proposta até outubro deste ano.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7760/01-09-2025.html?all=1>

Investimento dos Estados sente efeito da desaceleração das receitas no 12 semestre

Marta Watanabe De São Paulo

A desaceleração nas receitas começa a ter impactos nos investimentos estaduais. No agregado de 26 Estados e Distrito Federal o valor investido no primeiro semestre caiu 4,4% reais, já descontada a **inflação**, contra iguais meses de 2024. Somando investimentos e inversões financeiras, métrica defendida por alguns Estados, há alta de 1% real. Enquanto em alguns entes o fluxo de investimentos segue o esperado, em outros dependerá da evolução da arrecadação.

Mesmo considerando somente os investimentos, porém, o quadro não é uniforme. Apesar do recuo no agregado, em 14 Estados houve aumento e, em dez deles, a taxas acima de 30%. O investimento na primeira metade do ano somou R\$ 29 bilhões, 118% a mais que os R\$ 13,3 bilhões de iguais meses de 2021, mesmo período dentro do ciclo eleitoral anterior. Considerando o primeiro semestre nos últimos cinco anos, o maior volume de investimentos estaduais foi em 2022, ano de eleições, de R\$ 35,6 bilhões. No ano seguinte o montante caiu para R\$ 25,9 bilhões, sempre de janeiro a junho.

A expectativa de parte dos secretários de Fazenda e de especialistas é que os investimentos acelerem no decorrer do segundo semestre do ano, seja em razão da maturação natural de projetos, seja pela proximidade das eleições estaduais de 2026. A esperada desaceleração maior das receitas é um desafio. Alguns entes já notam perda de força no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo arrecadado pelos governos estaduais, e avaliam que o menor fluxo de investimentos observado na primeira metade do ano pode se manter, a depender da arrecadação.

As receitas correntes dos Estados desaceleraram neste ano. Após crescer 5,8% reais de janeiro a junho de 2024, aumentaram em 2,2% em iguais meses deste ano, sempre contra mesmo período do ano anterior. No primeiro semestre de 2025 a receita própria dos Estados com **tributos** aumentou 3,4% reais, mas as transferências correntes caíram 3,8%. As despesas correntes subiram 3,2%. As despesas totais avançaram 3,5%, sempre em variações reais.

Os dados de investimentos, receitas e despesas foram levantados pelo Valor dos relatórios resumidos de

execução orçamentária enviados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram consideradas receitas realizadas e despesas liquidadas. Dados anteriores a 2025 foram atualizados pelo IPCA.

As despesas totais no primeiro semestre cresceram acima do que se espera de alta do **PIB** para o período e os gastos correntes vão em linha com o aumento, observa Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). A notícia positiva, do ponto de vista fiscal, diz, é o crescimento do gasto de pessoal abaixo da média das despesas correntes. Pelos dados levantados, a despesa com pessoal avançou 1,5% de janeiro a junho de 2025 contra iguais meses de 2024.

O pequeno aumento nas despesas de pessoal, avalia Tiago Sbardelotto, economista da XP, mostra contenção dos Estados. Para ele, é possível que os governadores tenham sido mais conservadores, em meio a expectativas gerais de desaceleração da economia.

A arrecadação própria dos Estados, avalia Sbardelotto, teve desempenho relativamente bom. Essa receita, diz, continuou em alta, como reflexo dos recentes aumentos de alíquota do ICMS e bom desempenho do **PIB** do primeiro trimestre, que deve ser seguido de um segundo trimestre ainda com algum crescimento.

Do ponto de vista agregado, diz Pires, a queda do investimento é um fator que se destaca e para o qual é preciso atenção. "Isso pode sinalizar, eventualmente, para uma desaceleração de receita que está fazendo os Estados revisarem o planejamento de investimentos. Seria de se esperar, tendo em conta as eleições no ano que vem, que os investimentos cresçam em 2026. Mas a redução dos investimentos pode também ser um ponto deslocado dentro de uma trajetória que pode ser revertida um pouquinho mais à frente."

Dentre os 14 entes nos quais o investimento cresceu no primeiro semestre de 2025, houve alta acima de 30% no Distrito Federal e em nove Estados: Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Paraíba, Paraná, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Sul. O governo gaúcho foi o que teve o maior aumento, com alta de 139%, seguido

de Amapá, com 101,5% e Goiás, com 98,5%.

No Rio Grande do Sul, grande parte dos investimentos reflete a reconstrução do Estado após a tragédia das chuvas em 2024, diz Pricilla Santana, secretária de Fazenda do Estado (ver texto abaixo).

Dentre os que tiveram queda, a redução maior nos investimentos foi de São Paulo, com recuo de 62,7%, embora o Estado ainda esteja entre os entes com maior valor investido. Rondônia e Tocantins vêm em seguida, com retração de 50,9% e 42,6%, nessa ordem.

Procurada, a Fazenda paulista informou em nota que "os investimentos, em sentido amplo, incluem as inversões financeiras, razão pela qual a redução de uma modalidade em detrimento de outra diz respeito apenas ao formato em que se dá a ação".

Os dados levantados mostram que as inversões financeiras do Estado somaram R\$ 3,25 bilhões de janeiro a junho de 2025, com alta de 21% contra igual período de 2024. A soma dos investimentos e das inversões financeiras atingiu R\$ 5,48 bilhões, com queda de 36,7% contra 2024, sempre no primeiro semestre. A alta nas inversões, informa a nota, é resultado de aportes na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), para investimento em habitação, ou captação para obras de grande porte no sistema de trilhos.

Nem todas as inversões financeiras são investimentos, mas elas podem incluir investimentos feitos pelo Estado de forma indireta, por fundos ou empresas ligadas ao governo. Também podem incluir compra de ativos já existentes, embora esse tipo de operação não represente expansão da capacidade produtiva.

A Fazenda de São Paulo diz que a execução de investimentos está em linha com os padrões dos anos anteriores, não havendo "discrepância substancial". Além de ressaltar que houve alteração em políticas públicas que mudaram características de algumas despesas, a nota também diz que 2024 foi marcado por uma "confluência de fatores positivos para a arrecadação", como o lançamento pelo governo paulista de medidas que buscaram estimular a conformidade tributária e evitar o contencioso, bem como a "evolução vigorosa do produto nominal nacional".

"Isso permitiu fluidez no investimento, que é a variável de ajuste na realidade da rigidez e alta carga de vinculações do orçamento brasileiro. Para 2025, em que pese a adição idiossincrática de ainda mais medidas positivas, como a revisão de benefícios

tributários, o cenário macroeconômico nacional não apresenta o mesmo ímpeto do ano anterior", diz a Fazenda.

Segundo a nota, "atividade real mais tênue, involução de preços relevantes e um aparente miniciclo de decomposição de estoques na indústria criam um cenário mais desafiador para a receita, com frustração das estimativas". O cenário, diz, exige gestão fiscal rigorosa e aprofundamento das medidas de contenção de despesas. "O ajuste resulta no menor fluxo de investimentos no primeiro semestre, que pode, ou não, a depender dos resultados da arrecadação, se manter." De janeiro a junho a receita corrente paulista cresceu 0,2%, nível dois pontos percentuais (p.p.) abaixo da média dos Estados.

Mais otimista, o secretário de Fazenda do Estado do Paraná, Norberto Ortigara, diz que os investimentos no Estado só não crescem mais "por falta de projeto ou de capacidade de execução". O Estado somou R\$ 1,54 bilhão em investimentos na primeira metade de 2025, com alta de 44,2% contra igual período de 2024. Além de concessões de obras de infraestrutura, rodovias, habitação e creches, diz, os investimentos estaduais incluem pavimentação de estradas rurais e de ruas em cidades de até 100 mil habitantes.

"Estamos sendo duros com custeio e temos cabeça aberta para investimentos", diz. O governo também anunciou redução de IPVA, o imposto cobrado sobre propriedade de veículos automotores. As obras em rodovias devem gerar cobrança de novos pedágios e, para aliviar isso, diz, o governo paranaense vai reduzir o IPVA de 3,5% para 1,9% a partir de 2026.

A medida, diz, não compromete a capacidade de investir. O orçamento do Estado prevê R\$ 6,3 bilhões em investimentos. "Faltando pouco mais de quatro meses para o fim do ano, estamos em aceleração para entregar muita obra." Segundo Ortigara, se houver condições de executar, os investimentos podem chegar a R\$ 8 bilhões ou até R\$ 10 bilhões. A arrecadação de ICMS do Estado, diz, "navega em onda pequena", com crescimento que empata com a **inflação**. Os investimentos, porém, observa, estão assegurados por poupança de receitas de períodos anteriores.

Para Sbardelotto, da XP, os dados mostram que no primeiro semestre os Estados avaliaram a situação fiscal. "No geral, seguraram despesas de custeio o máximo possível, para usar a poupança em investimentos, nos casos em que o espaço fiscal permite." A expectativa, diz, é que os investimentos se acelerem no decorrer do segundo semestre e "comecem, de fato, a aparecer na conta".

Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, secretária de Fazenda de Sergipe, diz que o aumento de investimentos no Estado faz parte de uma estratégia que considera a **reforma tributária** e a perda do uso de incentivos fiscais para atração de novos negócios. "O investimento está muito ligado com a capacidade do Estado de atrair empresas e gerar emprego e renda."

Sergipe investiu R\$ 326,2 milhões de janeiro a junho, com alta de 53,3% contra iguais meses de 2024. "Há uma transformação em Sergipe. O Estado virou um canteiro de obras." No decorrer do segundo semestre os investimentos devem se acelerar ainda mais, avalia, num dinamismo que deve seguir forte até o primeira metade de 2026. No ano que vem, explica, há restrições de ano eleitoral, mas a expectativa é de alta de investimentos. A receita tributária de Sergipe cresceu no primeiro semestre 7,4% reais, 4 p.p. acima da média dos Estados. A receita corrente subiu 12,3%, 10,1 p.p. acima da média. Segundo Andreozzi, o desempenho vem de medidas fiscalizatórias, além de efeito do Bolsa Família e baixo nível de desemprego.

"Investimento em Sergipe está ligado à capacidade de atrair empresas e considera efeito da **reforma tributária**" Sarcih Andreozzi

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

Governo não consegue cortar gastos sem passar pelo Congresso, diz Haddad

Agência Estado +

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na noite deste domingo, 31, que o governo não consegue cortar quase nenhuma despesa do orçamento sem passar pelo crivo do Congresso. Em entrevista ao programa Canal Livre, da Band, ele defendeu que, ao contrário do que ocorreu nos governos passados, o impulso fiscal está em queda no Brasil. O ministro também salientou que a expansão fiscal está atualmente limitada pelas regras do arcabouço. Não é verdade que estamos empatando o jogo (de alta) fiscal, retrucou.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Na entrevista, Haddad também comentou que a concorrência internacional com os Correios é monstruosa. Segundo ele, a maior parte das empresas fica com o filé, enquanto a estatal precisa roer o osso. A afirmação foi feita quando questionado sobre o desempenho das empresas públicas.

O ministro falou também que não viu sentido em o Congresso ter aprovado as bets - que são jogos em massa e que não geram empregos - e ter negado casas de apostas presenciais. Questionado sobre qual deve ser o seu maior legado na Fazenda, Haddad falou de forma direta: a **reforma tributária**, diria que 200%.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na noite deste domingo, 31, que o governo não consegue cortar quase nenhuma despesa do orçamento sem passar pelo crivo do Congresso. Em entrevista ao programa Canal Livre, da Band, ele defendeu que, ao contrário do que ocorreu nos governos passados, o impulso fiscal está em queda no Brasil. O ministro também salientou que a expansão fiscal está atualmente limitada pelas regras do arcabouço. Não é verdade que estamos empatando o jogo (de alta) fiscal, retrucou.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Na entrevista, Haddad também comentou que a concorrência internacional com os Correios é monstruosa. Segundo ele, a maior parte das

empresas fica com o filé, enquanto a estatal precisa roer o osso. A afirmação foi feita quando questionado sobre o desempenho das empresas públicas.

O ministro falou também que não viu sentido em o Congresso ter aprovado as bets - que são jogos em massa e que não geram empregos - e ter negado casas de apostas presenciais. Questionado sobre qual deve ser o seu maior legado na Fazenda, Haddad falou de forma direta: a **reforma tributária**, diria que 200%.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/09/7238720-governo-nao-consegue-cortar-gastos-sem-passar-pelo-congresso-diz-haddad.html>

Brasil menos conectado: companhias reduzem malha aérea, e cidades ficam sem VOOS

O Brasil soma mais de 500 aeroportos públicos, mas só 137 registraram voos comerciais em julho, o que significa queda em relação aos 155 de igual mês de 2024 e aos 162 do mesmo período de 2023. Em um par de anos, o recuo supera 15%. Assim, apesar da expansão no volume de passageiros - com recorde histórico de 11,6 milhões em julho -, as dificuldades enfrentadas pela aviação civil estão restringindo a cobertura da malha de voos.

A oferta de voos pelas companhias aéreas é permanentemente ajustada conforme demanda, sazonalidade e outros fatores. A retração de destinos, porém, ocorreu também em março, quando 154 aeroportos registraram pousos e decolagens de linhas comerciais, segundo o Relatório de Oferta e Demanda da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Em março de 2023 eram 163.

Desde a pandemia, as três grandes empresas aéreas do país recorreram ao Chapter 11, o equivalente nos EUA à recuperação judicial no Brasil. A Latam ingressou em 2020, concluindo a reestruturação em dois anos. A Gol percorreu o trâmite entre maio de 2024 e junho passado. Já a Azul iniciou o processo no fim de maio.

Todas chegaram ao Chapter 11 com alto endividamento e necessidade de capital para manter as operações e fazer frente a obrigações, impactadas por prejuízos na pandemia. Para obter recursos e cortar débitos é preciso reduzir custos e reajustar a frota. Isso bate na oferta de voos e destinos. Latam e Gol passaram por isso. Depois, voltaram a crescer. Agora, é a vez da Azul.

Pelo plano de recuperação, a Azul busca US\$ 1,6 bilhão em financiamento e até US\$ 950 milhões em aportes, com foco em cortar mais de US\$ 2 bilhões em dívidas. Entre as medidas para isso está a redução em 35% da frota futura.

Em fevereiro e março, a empresa suspendeu operações em 14 aeroportos. Em 13 deles, era a única empresa voando. Explicou que havia desequilíbrio entre receita e custos nesses mercados. E, em paralelo, ampliou frequências em outros que permitem

uso mais eficiente da frota.

Na apresentação de resultados do segundo trimestre, a companhia destacou que a revisão da malha é feita para "maximizar a rentabilidade e a geração de caixa". O foco está em ter malha única, "sem concorrência direta em 83% das rotas, o que representa mais de 70% da receita", constituindo vantagem competitiva. Dos 137 aeródromos com voos em julho, a Azul atuava sozinha em mais de 47% deles.

- A Azul, por ser monopolista em diversas rotas, causa dependência das localidades a sua malha aérea. Ajustes afetam a forma como o interior do Brasil é servido, o que mostra uma sensibilidade maior na recuperação judicial da companhia - diz Alessandro Oliveira, especialista do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). - O interior é muito vulnerável a esse tipo de choque, e aí não é só a recuperação judicial, mas quando o dólar e o preço do petróleo sobem, quando a empresa tem de trocar a aeronave da rota.

A Azul explicou que toda adequação é avaliada para "garantir a sustentabilidade de suas rotas, mantendo o equilíbrio entre oferta e demanda", considerando fatores como aumento de custos operacionais e o processo de reestruturação". E que o ajuste de malha permite chegar a novos destinos. Na próxima alta temporada, ela terá 3,6 mil voos adicionais. Do início do ano para cá, porém, a malha encolheu de mais de 160 para 137 destinos.

Há limitações comuns a todas as empresas, como o alto custo de operação no país e a escassez de aeronaves e peças de reposição no mercado global, sob efeito do período da Covid-19. Com a demanda aquecida, aviões estão lotados, com ocupação média perto de 86%, o que pressiona tarifas.

Em julho, a **inflação** subiu 0,26%, puxada pela alta na energia elétrica. Mas o grupo de Transportes acelerou (0,35%), com o aumento das passagens aéreas, de 19,92%, em período de férias. Na prévia de agosto, apresenta recuo.

- O país deveria ter mercado regional mais atrativo,

pela dimensão, sobretudo no Norte. Por que não temos? A economia não vai bem para que as pessoas tenham dinheiro para comprar passagens. Elas são caras pela alta exposição das empresas ao dólar, à variação do preço do combustível, a carga tributária, com o agravante da judicialização - diz Fabio Falkenburger, sócio do Machado Meyer Advogados.

Para incentivar a aviação regional, diz ele, seria preciso mexer no mercado como um todo, e Latam e Gol teriam de contar com aviões de menor porte. Na visão dele, o plano do governo de licitar 19 pequenos aeródromos será "um termômetro" para medir as perspectivas do segmento. E ressalta que pequenas empresas saem de cena porque o negócio tem margens "muito apertadas".

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer) sublinha que as companhias brasileiras têm 60% de custos atrelados ao dólar. Há outros entraves como o preço do combustível (QAV) e o impacto da alta da alíquota do IOF, que incide sobre arrendamento e manutenção de aviões.

O crescimento da aviação "depende de políticas que viabilizem a inclusão da classe C no transporte aéreo e a implementação de medidas estruturantes que apontem para a redução dos custos", diz a Abeaer.

Para as cidades que deixam de ser atendidas por voos comerciais, o cenário é "muito ruim", avalia Jeanine Pires, ex-presidente da Embratur:

- As pessoas que trabalham, moram e visitam, dependendo da cidade, criam o hábito de usar o avião. Quando a cidade deixa de ser atendida, é um retrocesso.

Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, é uma das 13 cidades agora sem voos comerciais.

- Tínhamos voos diários para o Rio, depois ficamos com os diários para Campinas (da Azul). E hoje não temos mais nenhum voo e, sem perspectiva de retorno, posso afirmar que a região fica isolada. Eventos, convenções e seminários estão sendo cancelados, representando prejuízo - diz Edvar Júnior, subsecretário de turismo do município.

Ele enviou ofícios à Azul solicitando a volta dos voos Campos-Rio, encerrados em 2023, além de um pleito ao ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Na semana passada, no primeiro festival internacional de cinema da cidade, conta que recebeu queixas dos patrocinadores sobre a dificuldade de chegar no local, a 280 quilômetros da capital.

- Não temos mais aeroporto no interior do Estado do

Rio com voo para a capital ou outro lugar. Isso prejudica o desenvolvimento do estado. Em Campos, tem o crescimento com o Porto do Açu, e no momento que a Petrobras anuncia R\$ 23 bilhões de investimento na Bacia de Campos.

Fabio Paes, proprietário da Nutrimed, empresa de nutrição enteral e parenteral, usava os voos de Campos para Campinas semanalmente. Com o fim do serviço, o trajeto que fazia em uma hora agora leva cerca de seis, pois vai de carro até o Rio para depois pegar o avião para Campinas.

- Perdeu-se a agilidade em se fechar negócios - conta.

Mônica Bivar também está entre os afetados pela paralisação dos voos. Com duplo domicílio, no Rio de Janeiro e em São João da Barra, onde é tabeliã de cartório, ela utilizava semanalmente os voos de Campos para a capital.

- Eu era usuária regular e agora preciso enfrentar 4 horas e meia de carro - disse ela - Eu peguei o ônibus uma vez e levou quase sete horas para chegar lá. Eu não sabia o que fazer, porque tinha marcado reunião com o presidente da OAB de Campos, tive que pedir, pelo amor de Deus, para eles esperarem.

O Ministério de Portos e Aeroportos afirma que "é necessário desenvolver o transporte aéreo, a infraestrutura aeroportuária e aeronáutica". Entre as iniciativas nessa direção, aponta que haverá alíquota diferenciada para a aviação regional, prevista pela **Reforma Tributária**, além das linhas de crédito para as companhias do setor, que terão R\$ 4 bilhões em recursos, perto de serem implementadas. Esses empréstimos pedem entre as contrapartidas aumento em rotas de e para a Amazônia Legal e o Nordeste.

O Ministério frisa haver discussões para reduzir o custo do QAV, o peso do IOF e do Imposto de Renda (IRRF) sobre o leasing de aeronaves. Estão sendo feitos aportes para modernização de aeroportos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/09/01/brasil-menos-conectado-companhias-reduzem-malha-aerea-e-cidades-ficam-sem-voos.ghtml>

A China está só esperando - CARLOS ALBERTO SARDENBERG

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

O presidente Lula disse na semana passada que o Brasil está "tranquilo" porque tem a China como seu principal parceiro comercial. O contexto: Lula falava da absoluta falta de negociação com o governo americano, porque os representantes de Washington simplesmente se recusam a conversar com as autoridades brasileiras.

Trata-se de uma situação difícil -empresas locais têm perdido negócios com os Estados Unidos -, mas, do ponto de vista agregado, o dano é pequeno. A participação americana na pauta de exportação brasileira há muito deixou de ser dominante. Esse lugar agora é da China -e o Brasil de Lula se dá muito bem com a China de Xi Jinping, colegas de Brics.

Ocorre que o governo chinês mantém conversações de alto nível com Washington, estando suspensa, por ora, a guerra tarifária entre as duas potências. Isso deve ser motivo de preocupação para Lula. Entre outras demandas, Trump pretende que a China quadruple a importação de soja americana. A soja é o principal produto brasileiro na exportação para a China - algo entre 35% e 40% do total vendido para lá. Essa posição foi alcançada nos últimos anos, quando os chineses, por causa da guerra tarifária no primeiro governo Trump, substituíram a soja americana pela brasileira.

Foi, portanto, uma oportunidade política, mas é preciso salientar que os produtores brasileiros, com intensa tecnologia, estavam preparados para atender a exigente demanda chinesa. Hoje, a China depende da soja brasileira, mas os produtores americanos também podem atender aquele mercado, se isso for objeto de um acordo comercial. E se for? Lá se foi a tranquilidade. O Brasil terá de buscar compradores noutros países.

Os outros três produtos brasileiros mais exportados para a China são minério de ferro, petróleo e carnes. Os Estados Unidos também têm petróleo e carne para exportar. Tudo considerado, governo e empresas brasileiras têm de sair pelo mundo em busca de contratos. E, nisso, o Brasil está muito atrasado. País fechado, com elevadas tarifas e muitas outras barreiras à importação, o Brasil ficou fora do amplo movimento de acordos comerciais assinados entre

países e regiões.

São, portanto, dois problemas: a falta de negociação com os Estados Unidos e a falta de acordos comerciais com outras nações. Sim, temos o Brics, mas o grupo está longe de formar um bloco comercial. São países muito diferentes, quase todos com economias igualmente fechadas. Além disso, para a maior parte dos países do Brics, o comércio com os Estados Unidos é muito mais importante. Por isso todos tentam manter negociações em separado com o governo Trump.

"É difícil negociar sob a mira de uma arma", comentou o economista indiano Raghuram Rajan quando especulava sobre a capacidade de reação dos governos ao tarifaço de Trump. Ex-economista-chefe do FMI e ex-presidente do Banco Central da Índia, Rajan argumentava que retaliações comerciais seriam uma má escolha. O que recoloca o dilema: negociar com Washington sob a mira de uma arma.

Trump tem distribuído ameaças para todos os lados. São alvos países que cobram **impostos** das grandes companhias americanas de tecnologia e aplicam legislações de algum modo restritivas às atividades das big techs. União Europeia e Reino Unido fazem isso. Apesar de já terem assinado acordos com Trump, podem ser alvo de novas tarifas.

Representantes do governo americano também têm dito que podem ser cassados os vistos de autoridades de outros países. Também ameaçam com a Lei Magnitsky -punição já aplicada contra brasileiros. Esse ambiente poderia levar a um entendimento entre os países, não propriamente para enfrentar o poderio americano. Até este momento, pelo menos, ninguém parece disposto ao enfrentamento. Mas o que se poderia fazer é estabelecer outros laços comerciais, políticos e diplomáticos.

Quem está especialmente interessado nisso? A China, que, com sua histórica paciência, pretende substituir a liderança americana. Situação complexa: escapar de Trump para cair na esfera chinesa?

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Política fiscal é destaque nos mercados globais

Gabriel Roca e Victor Rezende

De São Paulo Para os mercados financeiros domésticos, o grande tema das eleições do ano que vem é a política fiscal. Mas a postura mais diligente com as contas públicas parece ter deixado de ser um tema só do Brasil. Ao redor do mundo, vem se somando os casos recentes de reações negativas dos ativos financeiros às perspectivas para o endividamento dos países.

Na semana passada, ações de bancos da França tiveram tombos com meio à crise política no país. O primeiro-ministro, François Bayrou, caminha para uma derrota na votação de confiança marcada para o dia 8 de setembro. A iminente queda do governo, segundo analistas, reflete a enorme dificuldade de aprovar o Orçamento francês e indica que uma consolidação fiscal parece distante.

"Aumentou substancialmente o risco de queda do governo francês, o que também aumentaria o risco de o Orçamento de 2026 não incluir quaisquer cortes significativos nas despesas", aponta a equipe do Rabobank.

Na semana, as ações do Société Générale caíram 8,92%; as do BNP Paribas, 8,11%; e as do Crédit Agricole, 8,65%. Os juros dos títulos franceses de dez anos saltaram aos maiores níveis desde março, a 3,514%. O CDS de cinco anos do país, referência do risco de calote, subiu 13%, a 37,41 pontos, no intervalo de apenas cinco dias.

No Japão, partidos de oposição vêm pressionando o governo do Partido Liberal Democrata (PLD) pela ampliação de gastos públicos. O PLD perdeu a maioria na Câmara Alta nas eleições do dia 20 de julho e novas eleições devem ocorrer em setembro. "Independentemente da estrutura governamental final, acreditamos que a política fiscal está em um caminho mais expansionista, já que o público em geral expressou claro apoio aos partidos da oposição, que propuseram flexibilização fiscal maior do que a coalizão governista do PLD/Komeito", apontam analistas do Barclays.

Na avaliação do banco, caso a expansão fiscal se materialize, a emissão dos JGBs provavelmente aumentará com vencimentos fora dos prazos mais

longos, onde o equilíbrio entre oferta e demanda tem sido frágil. "Nesse caso, o "term premium" [prêmio exigido para carregar papéis ao longo do tempo] nos títulos longos teria espaço para subir na curva em relação aos de dez anos, e o aumento na oferta de dez anos elevaria os retornos no segmento de longo prazo", afirmam.

No Japão, o juro do título de 30 anos superou os 3%, nos maiores níveis da história. O juro de 30 anos do título japonês superou os 3% recentemente, nos maiores níveis da história.

Até mesmo os leilões de títulos mais curtos mostram alguns sinais de atenção. Na semana passada, a venda de JGBs de dois anos mostrou demanda bastante fraca.

O Reino Unido, que em 2022 enfrentou extrema volatilidade nos mercados de títulos pela proposta de expansão de gastos da então primeira-ministra Liz Truss, parece de volta ao debate fiscal. Um think tank sugeriu à ministra das Finanças, Rachel Reeves, que o país deveria ampliar os **impostos** sobre os bancos pelas reservas que mantém no Banco da Inglaterra (BoE). Isso daria mais espaço para o governo cumprir regras fiscais.

As ações do Lloyds caíram 3,38%; as do NatWest recuaram 4,85%; e as do Barclays cederam 2,24% no pregão de sexta-feira.

Por fim, já há algum tempo a trajetória da dívida dos EUA é considerada insustentável. Durante a semana, o Escritório de Orçamento do Congresso (CBO, na sigla em inglês) informou que as tarifas impostas pelo país a seus parceiros comerciais devem arrecadar um total de US\$ 3,3 trilhões nos próximos dez anos. A má notícia é que o montante servirá apenas para neutralizar a expansão fiscal promovida pela "Big Beautiful Bill".

Isso deixará o déficit orçamentário praticamente inalterado, próximo de 6% do **PIB** - um patamar considerado inimaginável em um cenário de mercado de trabalho forte e economia em expansão.

A política fiscal americana - aliada à guerra comercial e às investidas de Trump contra o Federal Reserve - levou o "term premium" dos juros de dez anos nos

EUA aos níveis mais elevados desde 2014.

"A percepção do risco de longo prazo sobre os títulos do Tesouro está aumentando, o que poderia comprometer seu status de porto seguro. Esse risco se reflete no aumento do spread entre os rendimentos de 30 e dez anos desde o início do ano. O spread foi, em média, de 47 pontos-base no segundo trimestre de 2025, subindo para 55 pontos-base em julho e agosto, em comparação com 19 pontos-base para 2024 como um todo", apontam os economistas Anis Bensaidani e Céline Choulct, do BNP Paribas.

De acordo com o banco francês, o aumento do prêmio exigido para carregar o papel de dez anos da dívida americana corrobora essa visão. "No segundo trimestre de 2025, [o term premium] atingiu um nível não visto desde o fim de 2014. Isso mostra que o risco de longo prazo está se tornando mais caro, inclusive em vencimentos muito longos", concluem.

O tema fiscal é um problema global e a margem para a leniência com as contas públicas é bem menor nos últimos anos. Não à toa, agentes estrangeiros têm se mostrado interessados nas perspectivas fiscais do Brasil, tema outrora restrito aos investidores residentes.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

Como proteger meu patrimônio com seguros? Consultório financeiro

Como os seguros podem proteger o patrimônio e quais as diferenças entre seguro de vida, acidentes pessoais e bens? Martin Hauser, CFP, responde: Quando pensamos em planejamento financeiro, a primeira imagem que vem à mente é a de investimentos ou aposentadoria. No entanto, a prevenção é uma etapa essencial e, muitas vezes, negligenciada. Nesse contexto, os seguros exercem um papel silencioso, porém fundamental, como uma obra de saneamento básico: não aparece, mas sustenta tudo.

Seguros funcionam como amortecedores financeiros diante de eventos inesperados. Não evitam os imprevistos, mas ajudam a preservar o padrão de vida da família e a continuidade do plano financeiro diante de uma morte precoce, invalidez, acidente, doença ou perda de bens.

O seguro de vida garante proteção financeira em caso de falecimento, diagnóstico de doença grave ou invalidez do segurado. Ele substitui, ainda que parcialmente, a renda que deixaria de existir ou resguarda a liquidez da família. Essa previsibilidade pode ser a diferença entre uma transição suave e um cenário de crise. Algumas seguradoras realizam análise de risco com exames prévios, permitindo "congelar" esse risco no momento da contratação. Em apólices com prêmios nivelados, o custo não aumenta com a idade, o que favorece o planejamento de longo prazo.

Muitos contratos ainda oferecem coberturas em vida: diagnóstico de doenças graves, invalidez parcial ou total, até mesmo renda hospitalar. Essas proteções não têm como objetivo retorno financeiro, mas evitam que um evento de saúde comprometa todo o esforço de anos de planejamento familiar. Coberturas temporárias como essas geralmente têm renovação a cada três ou cinco anos, o que também precisa ser considerado no plano financeiro.

O seguro de acidentes pessoais, por sua vez, cobre exclusivamente eventos acidentais, excluindo causas naturais. Por ser mais simples e acessível, pode complementar outras apólices, mas não substitui um seguro de vida completo. É mais adequado para quem está exposto a riscos físicos frequentes.

A avaliação sobre qual tipo e valor de cobertura contratar deve considerar fatores como idade,

estrutura familiar, regime de bens, composição patrimonial, capacidade de poupança e representatividade dos ativos imobilizados no patrimônio. Nessa etapa, o apoio de um planejador financeiro com certificação CFP é altamente recomendável.

Imagine uma família cuja principal fonte de renda vem de uma só pessoa. Se essa pessoa sofre um acidente fatal e não possui seguro de vida, os dependentes podem ser forçados a vender bens, interromper estudos ou reduzir drasticamente seu padrão de vida. Mesmo com patrimônio, custos com inventário, advogados e **impostos** podem comprometer a continuidade do plano financeiro. Uma apólice bem estruturada garante liquidez imediata e pode evitar disputas familiares e conflitos sucessórios.

Os seguros de bens, como os de veículos e imóveis, também são importantes. Sua função é evitar perdas financeiras em sinistros com patrimônio imobilizado. Um incêndio em uma residência ou um dano elétrico em equipamento que gera renda pode comprometer o orçamento e os planos da família. Nesse contexto, o seguro atua como proteção da liquidez para garantir que o impacto não exija liquidações forçadas de ativos ou endividamento.

Seguro não é investimento. É uma despesa estratégica, uma blindagem contra eventos de baixa probabilidade, mas de alto impacto. Deve ser revisto periodicamente, conforme as fases da vida e os objetivos da família evoluem.

Martin Hauser é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro E-mail: hauser.martinp@gmail.com As respostas refletem as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planejar. O jornal e a Planejar não se responsabilizam pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações. Perguntas devem ser encaminhadas para: consultoriofinanceiro@planejar.org.br

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

"Facções podem invadir setor de gás se ANP mudar regras", teme CEO da Copa Energia - COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS

CEO da Copa Energia, uma das maiores companhias de gás GLP do País, dona das marcas Copagaz e Liquegás, Pedro Turqueto teme que mudanças na regulação do setor facilitem a entrada do crime organizado nesse mercado. Ele havia feito o alerta à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) na discussão da Análise de Impacto Regulatório este ano. Mas, após a Operação Carbono Oculto, na última semana, o receio cresceu. "A preocupação é porque o modus operandi que eles usaram no mercado de diesel e gasolina é altamente replicável no mercado de GLP", disse em entrevista à Coluna. Dois pontos em debate na ANP preocupam: permitir a qualquer empresa encher botijão de outras marcas e autorizar o envase fracionado de botijões.

O CONTROVÉRSIA. Embora não esteja explícito no texto em debate que o enchimento poderá ser feito em posto de gasolina, Turqueto avaliou que "está subentendido". E que poderia ser feito em qualquer pequeno estabelecimento. Motivos pelos quais o executivo questiona a segurança à população e a capacidade de fiscalização dos órgãos do Estado.

O FALHAS. "Hoje a ANP não consegue fiscalizar se a gasolina está batizada, se a bomba está regulada. A ANP tem sérias dificuldades com contenções de custos e está falando em fazer a gestão de 130 milhões de botijões em tempo real, Brasil afora. Inimaginável que ela consiga fazer isso".

JÁVI... "No setor de gasolina, abriam CNPJ com baixíssimo investimento, tinham faturamento enorme, sonegavam **impostos**. Quando órgãos competentes fechavam, eles abriam outro do lado, faziam a mesma coisa e assim seguiam", explicou.

O ...ESSE FILME. "O que está acontecendo no mercado de GLP é o seguinte: sob pretexto de ter mais competidores, estão abaixando a régua, para permitir que, com baixíssimo investimento, entrem nesse mercado. Para mim o paralelo é muito claro."

O FLAGRA. O CEO da Copa Energia observou que, dentre os presos na Operação Carbono Oculto, há

nomes que foram vistos circulando em eventos e tentando aproximação nas discussões do mercado de gás. "O crime entra com fuzil em alguns locais, mas estamos vendo que entra, principalmente, embrechas regulatórias ou por falta de fiscalização."

O CENÁRIO. Em julho, a ANP dispensou 41 terceirizados que atuavam no apoio administrativo de seu escritório central, no Rio, em razão das restrições orçamentárias. Também informou que fecharia as portas três dias por semana para economizar recursos e tentar chegar até o fim do ano.

O OUTROLADO. Em nota enviada à Coluna, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis confirmou estar revisando o marco regulatório da distribuição e revenda de gás liquefeito de petróleo (GLP), mas disse que não ficou claro como possíveis alterações trariam risco de entrada de facções criminosas nesse mercado. Também afirmou que fará audiências públicas sobre o tema, e que a conclusão do processo só ocorrerá em abril de 2026. A agência alegou que o debate inclui condições "para que os agentes realizem as atividades, de forma a garantir a segurança, o investimento e a rastreabilidade dos botijões".

Site: https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-138899-0109202509%20-%2082232f5d985347919cb4fc6178674b58.pdf

PIB em processo de desaceleração

» ROSANA HESSEL

A atividade econômica está dando sinais de desaceleração antecipada que devem ser confirmados amanhã, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar os dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre. Após apresentar um avanço robusto de 1,4% nos primeiros três meses do ano, o indicador de produção de riqueza do país deverá ter um desempenho mais modesto, refletindo o começo do impacto da política monetária contracionista do Banco Central (BC), de acordo com analistas ouvidos pelo Correio.

As projeções dos especialistas, nessa mesma base de comparação, variam entre 0% e 0,5%, com mediana de 0,3%. O governo, porém, mantém uma perspectiva mais otimista do que o mercado, estimando um crescimento de 0,6% do **PIB** no período de abril a junho, segundo a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda.

O agronegócio não deve repetir a mesma contribuição do primeiro trimestre - quando o **PIB** avançou 12,2% na comparação com os três meses anteriores - e, provavelmente, registrará uma das maiores quedas entre os componentes do indicador. Entre os analistas, o consenso é de que a indústria, especialmente a de transformação, continuará mais fraca, por ser o setor mais afetado pelos juros elevados.

Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Co-pom), no fim de julho, o BC reforçou o recado de que pretende deixar a taxa básica da economia (Se-lic) em patamar elevado por um período "bastante prolongado". O ciclo de aperto monetário foi iniciado pelo BC em setembro do ano passado, quando a Selic estava em 10,50% ao ano.

Desde então, os juros subiram 4,5 pontos percentuais, atingindo 15% ao ano, e os efeitos dos primeiros aumentos na atividade econômica, inicialmente esperados para o segundo semestre, já começaram a aparecer no segundo trimestre, contribuindo para aliviar pressões inflacionárias. A maioria dos analistas projeta que a redução da Selic só ocorrerá no início de 2026, mantendo-se ainda elevada até o fim do ano, entre 11,75% e 12,5% ao ano.

Tarifaco

Ainda é preciso aguardar os efeitos das medidas do pacote do governo de socorro às empresas afetadas

pelo "tarifaco" do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que elevou para 50% o imposto de importação sobre produtos brasileiros, exceto cerca de 700 itens da lista de exceção, como aviões, peças e suco de laranja.

Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria, reduziu de 0,5% para 0,3% a perspectiva de crescimento do **PIB** do segundo trimestre, na comparação com os três meses anteriores. Ela estima que a agroindústria vai recuar 2,9% no trimestre após saltar 12,2% de janeiro a março. Enquanto isso, a indústria da transformação, que recuou 1%, no primeiro trimestre, deve registrar queda de 0,3% entre abril e junho. Enquanto isso, a indústria geral, que andou de lado no começo do ano, deve crescer 0,8%.

"A indústria de transformação surpreendeu negativamente, mas a extrativa puxando o setor positivamente. E serviços, que é o que mais emprega, mantendo bom ritmo de crescimento, inclusive, um pouco acima do primeiro trimestre" afirma.

Ela manteve as projeções de crescimento do **PIB** para este ano e o próximo, de 2,2% e 1,6%, respectivamente, mas reconhece o risco de desaceleração maior devido ao tarifaco de 50% sobre produtos brasileiros, em vigor desde 6 de agosto, que pode reduzir o **PIB** em 0,15 ponto percentual, segundo a Tendências. "Há riscos no cenário internacional, mas algumas medidas do governo podem apoiar o consumo e compensar parte desse efeito" alerta.

A economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) Silvia Matos, destaca que o segundo trimestre confirmou o arrefecimento da atividade econômica: a produção industrial avançou apenas 0,1% na comparação mensal e caiu 1,3% na anual, abaixo das expectativas, levando o Ibre a revisar sua previsão do **PIB** de 0,4% para 0,2%.

"Os dados mensais da indústria confirmam a fraqueza da atividade em linha com o esperado e nos fizeram revisar o **PIB** para baixo no sentido de calibrar as nossas estimativas. Os estímulos do início do ano, como reajuste do salário mínimo, ajudaram a mitigar os efeitos da política monetária no primeiro trimestre, mas eles perdem a eficácia a partir do segundo semestre", explica a coordenadora do Boletim Macro do Ibre.

Apesar de projetar alta de 0,9% na indústria total na

margem, Silvia Matos prevê queda de 0,6% na indústria de transformação em relação ao trimestre anterior. Investimentos, agropecuária e importações também devem recuar, respectivamente, 2,9%, 2,6% e 1,5%.

Na avaliação de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, a desaceleração gradativa deve acontecer em todos os segmentos da economia, e ainda seguirá até o início do próximo ano, "porque a taxa de juros ainda vai estar elevada". "Temos um cenário que o país sai do crescimento médio e crescimento médio consistente de 3%, em torno de 3% que a gente viveu até o começo desse ano, para um cenário de desaceleração como efeito da política monetária", explica Vale, que prevê avanço de 0,3% no **PIB** na variação trimestral.

O economista da MB estima que essa desaceleração nos dados do **PIB** deve aparecer tanto do lado da oferta quanto da demanda. "Os dados do consumo das famílias e de investimentos devem desacelerar. E, do lado da oferta, vamos ver dados da agricultura e da pecuária um pouco piores do que os do primeiro trimestre. Mas o ano vai ser muito bom no final por conta da safra recorde de soja neste ano", destaca.

Política monetária

O economista-chefe do Brades-co, Fernando Honorato, espera alta de 0,3% no **PIB** do segundo trimestre. "Após a forte contribuição do agronegócio no primeiro trimestre do ano, os efeitos da política monetária começaram a aparecer nos setores mais cíclicos" pondera. Ele manteve em 2,1% a previsão de crescimento do **PIB** deste ano, mas reduziu de 1,5% para 1,4% a variação do **PIB** em 2026, refletindo os juros mais restritivos como o BC tem sinalizado.

Rodolfo Margato, economista da XP Investimentos, que acompanha as projeções da maioria dos analistas de 0,3%, afirma que o **PIB** do segundo trimestre mostra que "os sinais de desaceleração da economia estão se acumulando". Segundo ele, até a divulgação do **PIB** do primeiro trimestre, não havia consenso sobre a intensidade da desaceleração, devido ao efeito da agropecuária e ao consumo das famílias. Margato projeta crescimento de 2,2% do **PIB** em 2025.

"As condições monetárias estão mais restritivas, afetando mais o consumo de bens duráveis e o investimentos. Por outro lado, a atividade ainda continua com bom desempenho e mostra uma desaceleração mais gradual, em parte devido à resiliência da atividade porque o impulso do aumento da renda continua firme" ressalta.

Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, reduziu a previsão do **PIB** do segundo trimestre de 0,4% para zero, devido à antecipação do efeito do aperto monetário do Banco Central. O tarifaço iniciado em 6 de agosto deve impactar o **PIB** no segundo semestre, especialmente a indústria de transformação, principal surpresa negativa esperada.

"Quem mais sofrerá com o tarifaço é a indústria, e ainda é preciso avaliar se o Plano Brasil Soberano, com R\$ 30 bilhões em crédito para empresas afetadas, será suficiente para compensar as perdas" afirma.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/09/01/all.pdf>

Custo do crédito

Eduardo Velho, sócio e economista-chefe da Equador Investimentos, que também projeta 0,3% para o **PIB** do segundo trimestre, afirma que, apesar da desaceleração em relação à taxa dessazonalizada de 1,4% do primeiro trimestre de 2025, "o patamar do **PIB** ainda é considerado forte, pois justamente parte de uma base alta de comparação". Ele alerta, porém, que o efeito dos juros altos e do custo do crédito mais elevado continuará nos próximos trimestres.

"De fato, já vemos taxas atualizadas negativas no volume de concessões de crédito de recursos livres em julho, na recente nota de crédito divulgada pelo Banco Central" avalia. Velho acrescenta que, além da desaceleração, o mercado de trabalho deverá começar a contribuir também para diminuir as pressões inflacionárias, abrindo uma janela para um possível início de redução.

"A taxa de desemprego efetiva está acima da natural de 5,66%, ou seja, o mercado de trabalho já estaria em ciclo deflacionário. O diferencial das expectativas de **inflação** para 2026, ante à meta central de 3%, recuou nas últimas semanas, o que também eleva a probabilidade de redução da taxa Selic de 0,25 ponto percentual no Copom de dezembro para 14,75% ao ano" aposta.

Risco fiscal

Silvia Matos, do Ibre, ressalta que o problema fiscal seguirá no radar ao longo deste ano e do próximo e, por conta disso, não haverá muito espaço para o Banco Central fazer um corte mais acentuado da taxa Selic, uma vez que a volta do equilíbrio das contas públicas para que a dívida bruta em relação ao **PIB** se estabilize ainda é algo distante.

A pesquisadora lembra que a maioria das projeções mostra o governo com as contas no vermelho até o fim da década e a dívida pública bruta ultrapassando 80% do **PIB**, patamar considerado preocupante para países emergentes, no próximo ano.

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (Ploa) de 2026, o governo prevê o cumprimento da meta, mas com desconto dos gastos com precatórios, pois as contas efetivas mostram um déficit primário de R\$ 23,3 bilhões no ano, o equivalente a 0,17% - abaixo do piso da meta, que permite déficit zero.

"O problema fiscal ficará para o próximo governo. Na eleição de 2026, quem não discutir isso estará

cometendo estelionato eleitoral, mesmo se o atual governo for reeleito, porque ele terá de revisar tudo e fazer um ajuste fiscal forte", pontua. "E não haverá como culpar a gestão anterior da herança maldita" emenda. (RH)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/09/01/all.pdf>

Cúpula por governança alternativa

O presidente da China, Xi Jinping, recebeu os líderes da Rússia e da Índia em um encontro de cúpula que busca promover uma governança mundial alternativa e que também conta com a presença de governantes de quase 20 países da Europa e da Ásia.

A reunião da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) prosseguirá até hoje na cidade portuária de Tianjin, poucos dias antes de um grande desfile militar em Pequim para celebrar os 80 anos do fim da Segunda Guerra Mundial.

O bloco, frequentemente apresentado como um contrapeso à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), representa quase metade da população mundial e uma parte significativa do **PIB** global. A OCX é integrada por China, Índia, Rússia, Paquistão, Irã, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Belarus, com outros 16 países afiliados como observadores ou "parceiros de diálogo".

Apesar da ordem de prisão emitida pelo Tribunal Penal Internacional, o presidente russo, Vladimir Putin, desembarcou em Tianjin com uma comitiva de funcionários de alto escalão do governo e empresários.

Índia

Xi se reuniu com o premiê da Índia, Narendra Modi, que faz a primeira visita à China desde 2018. Modi declarou que a Índia está comprometida a desenvolver as "relações com base na confiança mútua, dignidade e sensibilidade". O chinês respondeu que espera que os dois países reconheçam que são "parceiros e não rivais".

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/09/01/all.pdf>

Xi recebe Putin e Modi em cúpula de segurança para projetar poder

TIANJIN, CHINA

O presidente da China, Xi Jinping, recebeu ontem os líderes de Rússia e Índia em encontros bilaterais à margem da cúpula que busca promover uma governança mundial alternativa aos blocos liderados pelos EUA e dominados pelo Ocidente.

A reunião de líderes da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) ocorre hoje, na cidade portuária de Tianjin. O bloco, frequentemente apresentado como um contrapeso à Otan, representa quase metade da população mundial e uma parte significativa do **PIB** global.

O momento não poderia ser mais favorável para o líder chinês. O premiê da Índia, Narendra Modi, está sob forte pressão após o governo Trump impor tarifas de 50% sobre os produtos indianos como punição pelas compras de petróleo russo por Nova Délhi.

Para o presidente da Rússia, Vladimir Putin, o tratamento de tapete vermelho dado por Donald Trump durante reunião com ele no Alasca, no dia 15, abrandou os esforços ocidentais para puni-lo pela invasão da Ucrânia.

No centro está Xi, transformando a alienação da Índia pelos EUA em uma oportunidade e encontrando validação para seu próprio e antigo alinhamento com Putin.

Ontem, Putin e Xi, que definiram no passado sua parceria como "sem limites", discutiram o recente encontro do presidente russo com Trump, de acordo com uma autoridade do Kremlin, que não deu mais detalhes sobre a conversa.

Moscou tem usado grupos como a Organização de Cooperação de Xangai para aprofundar laços com China, Índia e outros países que se tornam cada vez mais importantes para sua economia afetada por sanções desde que as tropas russas invadiram a Ucrânia em 2022.

A Modi, Xi disse que a amizade entre seus países era a "escolha certa" a se fazer. Foi o primeiro encontro entre eles em sete anos - um novo marco de uma reaproximação incipiente entre as nações mais populosas do mundo, acelerada por atritos

compartilhados com os EUA. "O mundo hoje é varrido por transformações que ocorrem uma vez a cada século. Que o dragão e o elefante dançam juntos", disse o líder chinês, referindo-se aos símbolos tradicionais das duas nações.

PROJEÇÃO. As reuniões bilaterais foram duas de várias que Xi manteve ontem. A cúpula de mais de 20 líderes, na maioria da Ásia Central, será seguida por um desfile militar em Pequim, na quarta-feira, com exibição dos mais novos mísseis e aviões de guerra da China, que será mais do que cerimonial e buscará fazer uma projeção de força.

Ele mostra também como Xi está tentando transformar a história, a diplomacia e o poder militar em ferramentas para remodelar uma ordem global que tem sido dominada pelos EUA. O desfile militar celebra o 80.º aniversário do fim da 2.ª Guerra e retrata o conflito como um triunfo liderado pelo Partido Comunista, atribuindo ao Ocidente um papel secundário. nyt,ap e afp

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Trump pode levar os Estados Unidos para a estagflação

Cláudio Adilson Gonzalez

Economista e diretor-presidente da Vértice Macroeconomia, foi cofundador da MCM Consultores, consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Até os anos 70, o entendimento dominante em economia, ligado à tradição keynesiana e à Curva de Phillips, era de que **inflação** e desemprego se movem sempre em direções opostas. Como essa é a situação mais comum no mundo real, tal visão ainda prevalece nos dias de ho-

je. Mas a coexistência de **inflação** elevada com queda da renda e do emprego, conhecida como estagflação, já é um fenômeno consolidado na teoria econômica. O primeiro a usar a expressão estagflação foi o político britânico Iain Macleod, em 1965, referindo-se à situação que o Reino Unido passava naquela época, com crescimento lento e **inflação** crescente.

A estagflação decorre de dois eventos: um choque negativo de oferta (redução na disponibilidade e aumento do custo de bens e serviços) e perda de credibilidade na capacidade de o Banco Central usar a política monetária com independência para evitar que as expectativas de aumento de preços passem a dominar a tomada de decisões dos agentes econômicos, fazendo com que a elevação inicial dos preços se transforme em **inflação** autossustentável. Esse processo, uma vez instalado, só pode ser quebrado mediante políticas monetária e fiscal contracionistas. Se o choque de oferta for

É inegável que o risco desse cenário se concretizar vem se elevando significativamente intenso e as expectativas estiverem muito deterioradas, pode-se conviver por períodos longos com **inflação** alta e recessão. Isso ocorreu de forma marcante nos Estados Unidos, nos anos 70, em função de ações do cartel da Opep, em 1973 e 1979, que fizeram com que o preço do barril de petróleo quadruplicasse.

O governo Richard Nixon exerceu forte pressão sobre o presidente do Federal Reserve (FED, o Banco Central dos Estados Unidos), Arthur Burns, para não subir a taxa de juros. Burns cedeu, as expectativas saíram de controle e o CPI (índice de preços ao

consumidor) chegou a subir 14,8% nos 12 meses encerrados em março de 1980. A situação só foi controlada por uma política monetária duríssima, implantada por Paul Volcker, que assumiu a presidência do FED em 1979, mas à custa de duas longas e severas recessões.

O tarifaço de Donald Trump e sua política anti-imigração são choques de custos típicos, tanto diretamente sobre o preço dos bens importados quanto sobre a mão de obra. As pressões para o FED reduzir rapidamente os juros já superam as realizadas pelo governo Nixon. Com a demissão da diretora Lisa Cook, do Comitê de Política Monetária, Trump passou da ameaça à ação. Segundo pesquisas da Universidade de Michigan/FED de Saint Louis, a expectativa de **inflação** dos consumidores para os próximos 12 meses já saltou de 3% para 5%.

Ainda não se pode afirmar se os Estados Unidos vão entrar em estagflação e, se isso ocorrer, se ela será moderada ou severa. O tema é complexo e as ações do governo Trump são imprevisíveis. Mas é inegável que o risco de esse cenário se concretizar vem se elevando significativamente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"As consequências de juros tão altos vão aparecer em 2 ou 3 anos"

Rubens Menin CARLOS EDUARDO VALIM

O engenheiro mineiro Rubens Menin é reconhecido atualmente como um dos mais influentes empresários brasileiros. Não apenas pelo porte de suas empresas, mas também pela diversificação dos seus negócios.

Como um dos fundadores da maior construtora residencial brasileira, a MRV, em 1979, ele deu um salto para o cenário nacional e construiu uma fortuna com empreendimentos que vão do banco Inter, a empresa de galpões logísticos Log, a emissora de notícias CNN Brasil e a Rádio Itatiaia. Menin também é dono de uma vinícola na região do Douro, em Portugal, além de maior acionista da Sociedade Anônima do Futebol (SAF) do Clube Atlético Mineiro, seu time do coração.

Na semana passada, parte das atenções de Menin estava voltada aos resultados do futebol e em explicar a troca do comando da CNN, com a saída do empresário João Camargo, também investidor no mercado de rádios e dono do grupo de lobby empresarial Esfera. Mas, segundo Menin, as preocupações do Brasil hoje têm de estar voltadas para os juros altos, acima de 10% já descontando a **inflação**. "As graves consequências (dos juros tão altos) já estão encomendadas e vão aparecer com mais força nos próximos dois a três anos", diz.

Também merecem cuidados, a seu ver, os rumos da negociação do tarifaço do presidente americano, Donald Trump. "Se isso demorar muito tempo, eu tenho um certo receio de que seja muito ruim para nós", diz, defendendo que o País busque um canal de negociações com os Estados Unidos.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O Brasil atingiu um juro real da ordem de 10% ao ano. Como isso impacta a economia e os negócios?

Não fica de pé. Muito se fala que juros não são causa, mas consequência, o que eu concordo. Mas também concordo que as consequências de juros muito altos, e por tanto tempo, são bastante danosas para a economia. É muito nocivo. Muito mais do que as pessoas possam imaginar. Pior ainda: as graves consequências já estão encomendadas e vão aparecer com mais força nos próximos dois a três

anos. Serão decorrentes da falta de investimentos e consequente perda de competitividade, com menor crescimento econômico. O efeito dos juros a gente vai ver, cada vez mais forte, daqui para frente. Vamos sentir mais a bagunça atual daqui a dois anos.

Como essas condições se traduzem para as empresas?

Eu fui visitar uma empresa, semana passada. É uma empresa modelo, bacana, a maior do Brasil no setor. Ela está com um plano de expansão para um terreno paradinho. Dá uma pena, por que precisa de financiamento e, evidentemente, ela não vai fazer com esses juros. Existem duas situações de empresa, aquelas que contrataram empréstimos com a taxa muito boa de 2%, e que fizeram todo o plano de negócios em cima desse valor e que agora estão com dificuldades sérias. E existem outras que agora pensam em investir, mas estão adiando o investimento.

E qual o caminho para a Selic cair?

Um exemplo é o que a gente fez quando criou o Plano Real. A sociedade sabia que a **inflação** machucava. A gente trabalhava muito para acabar com a **inflação** em 1994, mas ninguém falava de juros, nem sobre as causas dos juros. A sociedade discutia a **inflação**. Tudo passa por uma discussão com toda a sociedade. Você não faz nada se a sociedade não tiver comprado a ideia. A gente fez todo o esforço contra a **inflação** e hoje está conversando de juros, ainda de forma não tão intensa quanto deveria. Precisa acontecer uma discussão em todos os setores envolvidos. Comenta-se muito que a faixa mais baixa da sociedade é a mais prejudicada pelos juros e é realmente a que sempre vai sofrer mais. Mas juros altos matam todos. De forma mais rápida ou mais devagar.

Até agora a economia tem resistido bem, com desemprego baixo e a atividade que ainda continua forte, arrefecendo devagar? A própria Selic alta tem dificuldades para trazer a **inflação** para a meta do Banco Central?

A gente está crescendo por causa de muitos fatores. Por exemplo, até hoje, nós estamos tendo impulso daquele juros de 2%. Existe uma defasagem.

Os incentivos governamentais desde a pandemia e das últimas eleições, e que seguem crescendo, não estimularam além do necessário a economia?

Por exemplo, hoje, o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Bolsa Família colocam muito dinheiro na economia. Eles são necessários, mas não da forma que estão. Eles precisam ser repensados, por que podem trazer uma série de malefícios: dificultam a contratação de mão de obra e podem ser inflacionários. Às vezes, o Congresso fica brigando por R\$ 20 bilhões, por R\$ 30 bilhões. Esses programas chegam a R\$ 300 bilhões. Todo mundo sabe que tem de discutir o BPC e o Bolsa Família. Nenhum país do mundo tem um programa social tão intenso como Brasil. É bom que a gente pode ter programas assim. Eu acho que, mal ou bem, o nosso sistema de Previdência e o nosso Sistema Único de Saúde (SUS) são razoáveis. Nem Estados Unidos nem a China têm uma Previdência tão organizada quanto o Brasil. A gente se queixa do SUS, mas ele funciona. É necessário que seja assim. Mas a gente não consegue fazer tudo. É questão de fazer conta. Então, tem de melhorar. Ligando tudo isso, nós estamos com um problema estrutural muito sério, que é o problema do déficit público. Não temos como aumentar mais a receita.

Os esforços do governo têm de mudar de aumentar receitas para cortar despesas?

A hora que mudou do teto de gasto no orçamento para o arcabouço fiscal, no final, o objetivo era o mesmo. Mas a solução foi aumentar a receita. Isso chegou no limite do razoável. Eu não acredito que vai passar mais nenhum aumento de receita no Congresso. Precisa ter corte de despesas, ou o troço vai virar de cabeça para baixo. Se o arcabouço não mostrar a que veio, vai ser muito ruim, com **inflação**, juros sem espaço para cair e o câmbio subindo. Isso é o que me preocupa no médio prazo. Ainda mais no meio de um cenário mundial agora complicado.

Não é difícil que esse debate seja levado à frente próximo de um ano eleitoral?

Infelizmente, discutir isso de forma mais aberta não é do interesse de todos. Não é um assunto que interessa a ninguém, na verdade. Não é político falar de juros. Isso é muito difícil mesmo.

E para o setor imobiliário, os juros não dificultam o financiamento e podem causar uma queda no mercado?

Existem três fontes de financiamento. O FGTS cumpre bem o papel dele, ajuda bastante o setor. A outra são os recursos da poupança, mas isso infelizmente está

ruim. Ele fica mais caro, porque flutua. Você teve o SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) algum tempo atrás financiando a taxa de 7%, e hoje está em 12%. E ele está com pouco dinheiro. Ele é completado pela LCI (Letra de Crédito Imobiliário), que também teve um pouquinho de dificuldade por que aumentou o prazo. Então, tem a terceira opção, que seria a grande válvula de escape nossa, que é o mercado de capitais, onde tem os fundos FII (fundos de investimento imobiliário), os CRIs (Certificado de Recebíveis Imobiliários) e etc. Ele começou muito bem. O arcabouço é bom. Mas, como o juro subiu muito, então, no final chega no consumidor de uma forma que, se o FII, hoje, não pagar uma taxa muito elevada, não tem liquidez. Então, chegou ao limite de viabilidade para financiar os projetos. Não se consegue captar se não pagar uma taxa muito alta, e daí a conta não fecha.

Isso tudo pode causar aumento de preços para comprar imóveis e também explica por que o programa Minha Casa, Minha Vida para a classe média não decola?

Esse Minha Casa para a classe média foi criado exatamente porque faltava financiamento. Foi uma substituição ao financiamento tradicional. Ele está ainda abaixo do esperado por que é um financiamento um pouco mais caro do que o do Minha Casa para a faixa mais baixa. O pessoal tem de fazer a conta seguinte. Se vai pegar R\$ 200 mil emprestados para pagar em 30 anos, se os juros forem 7%, a prestação é X. Se for de 12%, ela dobra. E aí não cabe mais na renda. Na parte de baixo da tabela, com juros de 4% e 5%, fica mais de pé. Na hora que você vai para a parte de cima da tabela, a coisa complica. Juros reais a 10%, é coisa de país em guerra.

E o tarifaço de Trump, como o governo pode conseguir melhorar as condições para as exportações brasileiras?

O Trump tem pegado pesado agora também com a Índia. Mas a Índia tem uma vantagem. Eles já estão sentando na mesa e nós não estamos ainda. Eu não sei como é que a gente vai fazer, por que nós não temos uma mesa formada ainda. E acho até que estamos na fase anterior. Não tem nem vontade de ter a mesa. Não é um consenso que a mesa deve existir. Primeiramente, tem de chegar a um consenso, para depois formar a mesa e, então, discutir os termos. Se isso demorar muito tempo, eu tenho um certo receio que seja muito ruim para nós. Infelizmente, para nós, vai ser mais impactante do que para os EUA. Vai ter um impacto econômico. Alguns setores vão sentir um pouco.

O Brasil terá de fazer alguma concessão comercial,

política ou de regulação como fez a Europa?

Vamos ter de sentar na mesa mesmo. Quanto mais rápido, melhor. O Brasil tem de falar com o mundo todo. Com a China, com os Estados Unidos, com a Rússia, com a Europa, com a África, com a Oceania. Nós somos um país que vende muito com modity. Então, precisamos estar no mundo todo. Não existe razão para a gente não ter relacionamento comercial com um país igual aos EUA. Ele é o maior investidor no Brasil. A China é o maior parceiro comercial do Brasil, mas o maior investidor são os Estados Unidos. O mercado de capitais do Brasil é pequeno. Quando fizemos, em 2007, a abertura de capital da MRV, 85% do recurso veio de fora. E quase todo dos EUA. Eles têm uma máquina de dinheiro, que são os grandes fundos, como o Blackrock. O dinheiro não é americano. É do mundo todo que eles fazem a gestão. As grandes empresas de tecnologia valem sozinhas mais do que a bolsa de valores do Brasil. A nossa economia perdeu a força. As maiores empresas brasileiras, com R\$ 400 bilhões, não dá nem US\$ 100 milhões de valor. É muito pouco.

E quanto à Lei Magnitsky aplicada contra autoridades brasileiras? Qual o problema disso, em especial para o sistema financeiro? É um ponto de atrito que não precisava existir entre os países. Todo ponto de atrito é negativo. Existem dúvidas de como aplicar. Tem de sentar, não sei como, e discutir tudo isso. Igual como sempre foi feito.

E há outros pontos como a questão de regular as big techs, a disputa de abertura do mercado de etanol e a mineração de terras raras? Não se vive mais sem big techs. Então, temos de arrumar uma forma de relacionamento com eles, sentar e discutir. E não temos como voltar atrás no uso da tecnologia. Qual é a empresa hoje que vive sem o Google, sem a Meta? Então, não temjeito. Feliz ou infelizmente, vamos ter de conviver com isso. A Europa está tentando discutir com elas. Na regulação, podemos seguir o que a Europa está fazendo, por que ela faz bem feitinho.

E como o sr. vê o próximo ano de eleições presidenciais?

O mundo está muito polarizado. Entrou numa polarização chata, maluca, e ninguém mais tem paciência para ela. Já cansou. Não se vira uma nação sem alguma união. Temos de achar pontos em comum. Temos de respeitar todas as minorias, todas as preferências políticas. Sou um pregador da união.

Esta semana, a CNN oficializou a saída do empresário João Camargo da presidência. Qual foi o motivo da mudança? Ele resolveu seguir com os negócios dele, que ele cuida. Nos procurou, conversamos, de forma

civilizada, como deve ser. E ele foi tomar conta dos negócios. A CNN é um negócio muito grande. E eu tenho um time muito bom. Estamos lá trabalhando. Estou satisfeito da vida.

Mas não é um projeto que demanda muito tempo e energia, e o Camargo aliviava isso, não?

Da minha parte, não muito. Tem bons profissionais ali, que cuidam das coisas. Eu estou no conselho. Mas é um projeto que me dá muito orgulho. Depois de decorrido cinco anos, saber de onde a gente saiu e onde que a gente chegou dá muita satisfação.

Outro negócio de grande responsabilidade é o Atlético Mineiro, clube no qual o sr. é o maior investidor. Especula-se que o investidor boliviano Marcelo Claure, que também investe nos clubes Girona e Bolívar, teria interesse em ter uma participação no Atlético. É verdade?

Se ele tem interesse, não me falou. Vamos receber ele em Belo Horizonte, por que o Bolívar vai jogar contra o Atlético nas quartas-de-final da Copa Sul-Americana. Ele é um amigo.

Mas para um clube ter sucesso hoje precisa de mais dinheiro, não?

Eu sou muito admirador do esporte no Brasil, como um todo, e do futebol especificamente. É uma indústria crescente. Precisa agora dar um passo maior. Precisamos fazer a nossa liga. O investimento e os orçamentos estão crescendo.*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Queda do dólar leva a revisão da cotação da moeda para o final do ano

Se em janeiro a expectativa era de que o dólar terminasse 2025 acima de R\$ 6, agora bancos e corretoras têm outras previsões para a moeda americana em 2025. No ano, a divisa acumula perdas de 11,34% em relação ao real, tendo atingido em meados de agosto o menor nível em 14 meses.

Dentre as casas consultadas pelo E-Investidor, a Ágora Investimentos espera que o dólar encerre 2025 a R\$ 5,80. A estimativa leva em conta as incertezas em torno do tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra produtos do Brasil exportados para lá. Cerca de 700 itens escaparam da taxa, mas possíveis impactos na economia brasileira ainda são calculados.

Já o Itaú, que tem projeção de R\$ 5,50 ao fim de 2025, tem uma visão um pouco diferente. Embora acredite que o fluxo de moeda americana para o Brasil por via comercial deva diminuir com o tarifaço dos EUA, o banco enxerga que o impacto pode ser menor do que o esperado anteriormente.

Dois fatores contribuem para essa análise. Um deles é o dólar mais fraco ao redor do mundo. O índice DXY, que compara a moeda americana com outros seis pares fortes, já recua cerca de 9% em 2025. Somado a isso, existe um diferencial de juros elevado entre Brasil e EUA, que estimula a entrada de dinheiro estrangeiro para cá.

Quem está mais otimista com o câmbio é o Banco Pine, que tem uma estimativa de R\$ 5,30 para o final do ano. "Mas temos uma projeção de viés para baixo, ou seja, acreditamos que o dólar pode cair ainda mais frente ao real", explica o diretor de pesquisa macroeconômica da instituição, Cristiano Oliveira.

O consenso no mercado, porém, é de que as previsões para o dólar são sempre desafiadoras - afinal, um grande número de variáveis influencia a cotação da moeda americana. Pensando nisso, analistas reuniram os principais pontos que estão em jogo quando se trata do mercado de câmbio.

Atualmente, a Selic está em 15% ao ano, enquanto as taxas de juros americanas se encontram na faixa entre 4,25% a 4,50% ao ano. Essa diferença favorece as operações de carry trade, a estratégia que consiste em tomar dinheiro emprestado em um país com juros mais

baixos e investir em outro que ofereça taxas mais altas.

Nickolas Lobo, especialista em investimentos da Nomad, pontua que o alto diferencial de juros entre os dois países desestimula investidores institucionais a manterem posições compradas em dólar. "Ao mesmo tempo, viabiliza a entrada de capital externo para o mercado brasileiro", afirma.

Essa tendência tende a aumentar se o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) cortar, de fato, os juros na reunião de setembro. Segundo Lobo, dados de **inflação** e emprego abaixo das expectativas

umentam as apostas de corte de juros pelo Fed e reduzem a atratividade dos Treasuries - títulos de dívida pública dos EUA -, o que pressiona o dólar.

Marcos Piellusch, professor da FIA Business School, explica que a entrada de dinheiro estrangeiro na Bolsa de Valores brasileira também influencia a cotação do dólar. "As ações locais têm atraído investidores externos pela oportunidade de valorização. Isso gera um ingresso de capital, que pressiona a moeda americana", diz.

FLUXO DE DÓLARES. No acumulado do ano, o fluxo de dinheiro gringo para a B3 soma R\$ 20,2 bilhões, segundo os dados mais recentes da Bolsa brasileira. O movimento contrasta com o cenário observado em 2024, quando investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões - a maior saída líquida de recursos desde 2016.

O risco de deterioração fiscal estimula a fuga de capital estrangeiro e o aumento da busca por proteção no dólar, o que favorece a alta da moeda. "Essa insegurança amplia o risco Brasil e reduz a confiança de investidores em manter capital no País", diz Marcos Weigt, diretor de tesouraria do Travelex Bank.

Os desdobramentos envolvendo a Lei Magnitsky também têm mexido com o mercado, após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, determinar que decisões judiciais estrangeiras só podem ser executadas no Brasil mediante homologação ou por meio de mecanismos de cooperação internacional. Com a repercussão da medida, os cinco maiores bancos brasileiros chegaram

a perder R\$ 41,98 bilhões em valor de mercado num único pregão.

"O risco de eventuais restrições ou monitoramentos adicionais a bancos e instituições nacionais aumenta a percepção de incerteza e pode pressionar fluxos de saída de capital, fortalecendo o dólar no curto prazo", destaca Weigt.

Os dados das contas públicas do Brasil merecem atenção, já que mexem diretamente com o apetite de risco do investidor estrangeiro. A balança comercial também tem peso relevante, pois influencia na entrada de dólar no País.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Jura alto e PIB mais fraco aumentam desafio fiscal - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.coni.br

Os elevadíssimos gastos com juros do setor público impressionam, inflando o déficit nominal das contas públicas, num cenário em que o país não gera superávits primários. Em julho, alcançaram R\$ 109 bilhões, 36% a mais que no mesmo mês de 2024, enquanto o rombo nominal, que inclui despesas financeiras, ficou em R\$ 175,6 bilhões. Em 12 meses, os gastos com juros se aproximam de R\$ 1 trilhão - atingiram R\$ 941,2 bilhões até julho, ou 7,64% do **PIB** - e o resultado nominal, que define a dinâmica da dívida pública, ficou deficitário em R\$ 968,5 bilhões, ou 7,86% do **PIB**. Pelo andar da carruagem, o Brasil deverá encerrar o ano com um déficit nominal na casa de 8,5% do **PIB**, dos quais 8% do **PIB** referentes a gastos com juros - o restante 0,5% do **PIB** se refere ao rombo esperado para o resultado primário, que não engloba as despesas financeiras.

Com isso, o Brasil deve ter o maior déficit nominal entre as principais economias do mundo em 2025. As projeções para o indicador que aparecem na revista "The Economist" para um grupo de 42 países desenvolvidos e emergentes mostram que o rombo estimado para o Brasil, de 8,1% do **PIB**, é o mais elevado, à frente dos 7,7% do **PIB** do Egito, dos 7,3% do **PIB** da Colômbia e dos 6,1% do **PIB** da Polônia.

Estados Unidos e China, as duas maiores economias do planeta, devem ter déficits de 5,9% do **PIB** em 2025, números também elevados, segundo as previsões da Economist Intelligence Unit (EIU). Já de acordo com os economistas ouvidos pelo Banco Central (BC), o déficit nominal brasileiro deverá ficar em 8,4% do **PIB** neste ano.

Os números brasileiros são preocupantes, mostrando o impacto do custo fiscal da Selic elevada, hoje em 15% ao ano, ou próxima de 10% quando descontada a **inflação** projetada para os próximos 12 meses, sobre um nível de endividamento muito alto. A dívida bruta do governo geral, que engloba União, Estados e municípios, ficou em 77,6% do **PIB** em julho, ou em 89,9% do **PIB** no conceito do Fundo Monetário

Internacional (FMI), que inclui os títulos do Tesouro na carteira do Banco Central (BC). Na estimativa do FMI, a média do endividamento bruto dos emergentes deve ficar em 74,8% do **PIB** neste ano.

O economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero, chama a atenção para a magnitude dos déficits nominais que devem ser acumulados no atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, considerando os números já observados em 2023 e 2024 e os esperados pelos analistas para 2025 e 2026. A soma é de um rombo equivalente a 34,14% do **PIB**, ou uma média de 8,54% do **PIB** ao ano. Mesmo num quadro de relativa bonança, com um crescimento da economia razoável, é um resultado fiscal pior do que nos quadriênios anteriores. No período de 2019 a 2022, que inclui a pandemia, o déficit nominal médio ficou em 7% do **PIB**, ou um total de 27,98% do **PIB** em quatro anos. Já entre 2015 e 2018, que engloba os dois anos de forte recessão-2015 e 2016-, com o colapso da chamada Nova Matriz Econômica do governo Dilma Rousseff, como lembra Montero, o rombo das contas públicas ficou em 8,48% do **PIB**, ou 33,93% do **PIB** acumulados em quatro anos. É um pouco abaixo do esperado para os quatro anos da gestão atual de Lula. Déficits nominais tão elevados no quadriênio que se encerra em 2026 se devem à combinação de juros altos, endividamento nas alturas e ausência de superávits primários, diz Montero.

O crescimento mais forte nos últimos anos ajudou a impedir uma alta ainda maior da dívida pública em relação ao **PIB**, mesmo com juros e um nível de endividamento muito elevados. A dívida bruta subiu de 71,7% do **PIB** no fim de 2022 para 77,6% do **PIB** em julho, um aumento incômodo e que deve continuar, mas a alta é mais modesta que o registrado nos anos Dilma, da casa de menos de 52% para mais de 66% do **PIB**.

Montero atribui o desempenho um pouco melhor do endividamento no atual mandato de Lula à economia, e não à política fiscal. Uma das más notícias é que o **PIB**, que já desacelerou no segundo trimestre, deverá continuar fraco nos próximos trimestres.

"Os juros e dívidas grandes tinham o **PIB** forte como contraponto; não mais", diz Montero, observando que uma relação dívida/**PIB** maior tem uma dinâmica mais

sensível ao "binômio juros-crescimento".

Se a Selic continua alta e o **PIB** perde força, a situação do endividamento fica mais complicada.

Em julho, os gastos com juros subiram muito pelo efeito de uma Selic alta sobre uma dívida maior e também pelo impacto da alta do dólar, o que leva o BC a ter perdas com os swaps cambiais. Em agosto, o dólar recuou, o que vai anular esse efeito, mas os juros seguem elevados, incidindo sobre uma dívida enorme.

A economia mais fraca e uma **inflação** um pouco mais comportada, com expectativas menos distantes da meta, vão abrir espaço para cortes da Selic. No entanto, uma redução mais expressiva da taxa, que diminua significativamente os elevadíssimos gastos com juros, só virá quando houver um melhor resultado primário, o que exige enfrentar o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias. Sem isso, os gastos financeiros do setor público continuarão absurdos, engordando o déficit nominal, o que levará a aumentos contínuos da dívida pública.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

PIB do 2º tri deve mostrar freada mais forte que a esperada

Anais Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo

Após um resultado forte nos três primeiros meses do ano, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil deve apresentar desaceleração expressiva no segundo trimestre, mais forte do que a esperada inicialmente, em um movimento que tende a se manter à frente, segundo economistas.

O **PIB** deve ter crescido 0,3% entre abril e junho deste ano, na comparação dessazonalizada com o primeiro trimestre, de acordo com a mediana das projeções de 73 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor. Entre janeiro e março, o crescimento foi de 1,4%.

Em relação ao segundo trimestre de 2024, a expectativa mediana é de alta de 2,2%, vindo de 2,9% no período imediatamente anterior.

Para anos fechados, a projeção mediana de crescimento está em 2,2% para 2025 e 1,8% em 2026. Em 2024, o Brasil cresceu 3,4%.

Os dados oficiais do **PIB** do segundo trimestre serão divulgados pelo IBGE na terça-feira, 2, às 9h. Pesquisas setoriais do instituto ao longo do período surpreenderam para baixo e levaram a revisões recentes nas expectativas para o **PIB** do período.

A BB Asset, por exemplo, mudou sua visão de crescimento de 0,5% para 0,2% após identificar que a desaceleração da atividade a partir do segundo trimestre de 2025, embora prevista, "se materializou em intensidade um pouco acima do esperado", diz em relatório. O HSBC mudou de 0,4% para 0,2%. O "tracker" (monitor em tempo real) da XP apontava inicialmente aumento de 0,5%, mas a estimativa da casa acabou ficando em 0,3%.

"Vimos um "carry [over], a herança estatística] bom principalmente de serviços no fim do primeiro trimestre e, depois, ficou mais fraco. Parecia que ia ser mais forte, mas acabou decepcionando", afirma Flávio Serrano, economista-chefe do banco Bmg. "Mas a cara é muito parecida com o que a gente já imaginava: agro para baixo, indústria meio de lado e serviços ainda com alguma resiliência", diz.

Pelo lado da oferta, a agropecuária deve manter uma

alta expressiva na comparação com o segundo trimestre de 2024, de 7,9%, pela mediana da pesquisa, após já ter subido 10,2% no primeiro trimestre. Na comparação direta entre trimestres, porém, o efeito da supersafra deve ter ficado para trás, e a expectativa é de recuo de 1,7% no segundo trimestre, ante o primeiro, quando cresceu 12,2%.

"Espero queda de 1,4% para a agro, mas o IBC-Br [índice de Atividade Econômica do Banco Central] sugere que pode ser mais", diz Serrano. O IBC-Br, que tem metodologia distinta das Contas Nacionais do IBGE, subiu 0,3% no segundo trimestre, ante o primeiro.

A indústria, por outro lado, deve retornar ao terreno positivo nessa comparação. Após recuar 0,1% no primeiro trimestre, em relação aos três meses imediatamente anteriores, é esperado crescimento de 0,5% no segundo trimestre, de acordo com a mediana. A maior contribuição deve vir da indústria extrativa mineral, impulsionada tanto pela extração de petróleo e gás natural, que registrou recordes no período, como pela extração de minérios, diz a 4intelligence.

São esperadas quedas, no entanto, para a indústria de transformação e para a construção, que sofrem cada vez mais com a política monetária restritiva. A transformação sente ainda o nível elevado de estoques, observa a XI". No caso da construção, apesar de a massa de rendimentos dos trabalhadores do setor ter mantido forte crescimento, a produção de Insumos Típicos da Construção Civil (ITCC) teve o pior resultado desde 2023, nota a 4intelligence.

Em uma ponta mais pessimista, Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, espera um **PIB** estagnado no segundo trimestre em boa medida porque os dados disponíveis mostram um "desempenho muito ruim da indústria de transformação", afirma. O economista espera que a indústria geral caia 0,5% no período. Antes, a previsão para o setor era de estagnação para um **PIB** agregado que cresceria 0,4%.

Ainda pela ótica da oferta, os serviços devem acelerar levemente para alta de 0,4% no segundo trimestre, após subirem 0,3% no primeiro e 0,2% no quarto trimestre de 2024. Quase todos os segmentos devem registrar crescimento em relação ao primeiro trimestre

de 2025, diz a 4intelligence, ressaltando, porém, que transporte e armazenagem podem se destacar por causa do escoamento da safra.

Os chamados "outros serviços - incluindo os prestados às famílias - e, especialmente, o comércio, no entanto, devem apresentar enfraquecimento no período recente, aponta a XP. Segundo estimativa da casa, os segmentos do varejo mais sensíveis ao crédito recuaram cerca de 2% no segundo trimestre, ante o primeiro.

Do lado da demanda, o consumo das famílias deve desacelerar de uma alta de 1% no primeiro trimestre para 0,4% no segundo, pela mediana. Em relação ao mesmo período de 2024, porém, ainda deve apresentar um crescimento de 1,7%, sustentado pela resiliência do mercado de trabalho e por medidas governamentais como a liberação excepcional do saldo do FGTS. O consumo do governo, por sua vez, deve acelerar de 0,1% no primeiro trimestre para 0,3% no segundo.

"Poucos economistas fariam que com a Selic de 15% teríamos a taxa de desemprego em 5,8%, no dado oficial de junho. Além disso, a composição desse mercado de trabalho tem sido muito favorável para o consumo e para a renda, com massa salarial crescendo e mercado formal nas máximas históricas", afirma Rafael Perez, economista da Suno Research, que espera uma alta um pouco mais forte do **PIB** no segundo trimestre, de 0,4%. "As condições para o consumo ainda são bastante favoráveis. Porém, uma questão que estamos monitorando cada vez mais é o alto endividamento das famílias. Parece que esse é um limitador importante do consumo", diz.

O cenário é bem menos animador para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos no **PIB**, que deve registrar queda de 2,2% no segundo trimestre, ante o primeiro, quando subiu 3,1%. Se confirmado, será o primeiro recuo da FBCF após seis trimestres de crescimento na margem, nota a equipe do Banco Pine.

A FBCF deve ser afetada pela desaceleração esperada na construção e na produção de bens de capital, diante das taxas de juros elevadas, além da ausência de importação de plataformas de petróleo no período, aponta a 4intelligence. O aumento das incertezas globais também deve pesar, diz o Pine.

Para Serrano, o movimento da FBCF no segundo trimestre, no entanto, deve refletir mais a "devolução" de um primeiro trimestre forte por fatores pontuais, como a produção de caminhões e ônibus.

Com tudo isso, nas contas do Pine, a absorção

doméstica - soma do consumo das famílias, do governo e dos investimentos -, sem considerar a variação de estoques, deve ter recuado 0,15% no segundo trimestre. De acordo com a XP, a variação de estoques deve ter ficado ao redor de zero no segundo trimestre, na comparação com o primeiro, mas pode adicionar 0,7 ponto percentual ao **PIB** total frente ao mesmo período de 2024.

Já o setor externo pode dar uma contribuição positiva para o **PIB** que não é vista desde o terceiro trimestre de 2023. Desde então, as exportações caem e as importações sobem, ou as exportações crescem menos do que as importações. Para o segundo trimestre de 2025, a expectativa é que as exportações subam 0,8%, ante o primeiro trimestre, enquanto as importações cairiam 1,7%. Se confirmada a previsão de queda para as importações, será o primeiro recuo desde o início de 2023, observa a XP.

Em relação ao mesmo período de 2024, pondera a casa, a contribuição externa deve continuar negativa. A mediana do Valor indica alta de 5,8% para as importações nessa comparação, acima do aumento de 1,9% das exportações.

Confirmada a projeção mediana de alta de 0,3% do **PIB** no segundo trimestre, a "herança estatística" para o ano - ou seja, se não houver mais crescimento no terceiro e no quarto trimestre - seria de 2,4%. A projeção mediana para 2025, no entanto, está abaixo disso, em 2,2%, reforçando a perspectiva de evolução bastante fraca da atividade no segundo semestre.

"Todo o avanço da economia em 2025 deve ficar concentrado no primeiro semestre, diante do impacto prolongado das condições financeiras restritivas e do ambiente global mais incerto sobre a atividade doméstica", diz a equipe do Pine em relatório, projetando variação de apenas 0,1% para o **PIB** no terceiro trimestre, ante o segundo. A mediana das projeções do Valor indica alta de 0,2%.

Daniel Lavarda, chefe de pesquisa econômica no Brasil do HSBC, observa que o mercado parece esperar um crescimento acumulado próximo de zero para o restante do ano. Ele reconhece que essa é "uma hipótese forte, considerando o excelente desempenho da economia local nos últimos anos", afirma em relatório. No entanto, diz, um cenário de quase recessão no segundo semestre de 2025 não pode ser descartado, levando em conta, por exemplo, as tarifas de 50% dos Estados Unidos sobre as exportações brasileiras. "Especialmente se isso contaminar os indicadores de nível de confiança de setores não relacionados", afirma Lavarda.

"Composição do emprego é muito favorável ao

consumo"

Rafael Perez

"Dados mostram desempenho muito ruim da
transformação"

Luis Otávio Leal

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

Trump interfere em empresas, e se afasta da tradição liberal (Editorial)

Um dos pilares do capitalismo americano sempre foi a convicção de que o setor privado prospera quando tem liberdade para tomar suas decisões e que o Estado deve intervir apenas para regular excessos, garantir concorrência justa e proteger o interesse público e a segurança nacional. No entanto, o presidente Donald Trump tem minado esse valor ao intervir diretamente na atuação e até na gestão de empresas privadas, algo sem precedentes na história recente dos EUA.

Políticas adotadas nos seis primeiros meses de governo Trump apontam na direção de um dirigismo estatal cada vez maior na economia, incluindo a atividade empresarial. Nesse período, o presidente buscou influenciar o quê, quanto e onde as empresas devem produzir, o preço que devem cobrar por seus produtos e até mesmo quem as controla e as dirige. Ele tem feito isso usando a estratégia da cenoura e do porrete, isto é, recompensas para bom comportamento e punição para quem não segue os seus ditames.

Pressionado pelo risco de um repique da **inflação**, Trump vem buscando, por exemplo, forçar as empresas a segurarem preços. Em maio, após o CEO da Walmart afirmar que não poderia absorver a pressão nos preços geradas pelas novas tarifas comerciais, Trump afirmou que a rede varejista deveria "comer as tarifas", em vez de repassá-las aos consumidores, afinal a Walmart "faturara bilhões de dólares em 2024, muito mais que o esperado". E ameaçou, dizendo que estaria vigiando os preços praticados. Algo parecido ocorreu com a Amazon e gerou críticas a Jeff Bezos. Neste mês, Trump prometeu reduzir os preços dos medicamentos "em até 1.500%", talvez sem atentar para o fato de que nenhum preço pode cair mais de 100%.

O presidente vem ainda buscando influenciar decisões de produção e investimentos corporativos. Ele repreendeu o CEO da Apple, Tim Cook, dizendo que a empresa deveria transferir a produção dos iPhones da China para os EUA, e não para a Índia, como previsto. A tarifa de 50% aplicada à Índia visa, possivelmente, a inibir esse tipo de desvio de comércio. Ao final, Trump "anunciou" que a Apple aumentaria sua produção nos EUA. Do mesmo modo, Washington só aprovou a venda da US Steel para a japonesa Nippon Steel após garantir uma "golden share", pela qual terá poder de veto em decisões estratégicas.

O presidente está também se envolvendo diretamente no controle de companhias privadas. Desde janeiro ele vem adiando o prazo para a venda das operações nos EUA do aplicativo chinês TikTok, decidida pelo Congresso e aprovada pela Suprema Corte. E já disse que a decisão sobre um novo controlador será sua.

Em agosto, ele negociou a troca de subsídio já previsto à fabricante de chips Intel pela participação de 10% no capital da empresa (podendo chegar a 15%), o que faz do Estado o maior acionista. A operação busca resgatar o único fabricante de chips americano que ainda produz no país. A empresa ficou para trás na corrida tecnológica no setor e vem de seis trimestres seguidos de prejuízo. A mídia americana especula que Trump poderá forçar empresas nos EUA a comprarem mais chips da Intel.

Trump negociou recentemente a revogação do controle de exportações de chips avançados para a China em troca de uma taxa de 15% do faturamento da Nvidia e da AMD com as vendas. É uma espécie de pagamento por licença de exportação, que pode render cerca de US\$ 3,5 bilhões ao governo.

O governo tem se envolvido até em questões internas das empresas. Na primeira semana de governo, Trump assinou decreto que acaba com as políticas de inclusão e diversidade em órgãos do governo, mas que busca também inibir essa prática em empresas privadas. Mais recentemente, a Comissão Federal de Comunicações (FCC) ameaçou cassar a concessão e avisou que não aprovará fusões e aquisições no setor de empresas que praticam políticas de inclusão e diversidade.

Quando a Casa Branca indica quais empresas podem expandir ou que decisões estratégicas são aceitáveis, o sinal ao mundo dos negócios é de que as regras mudam ao sabor da política, e não das forças de mercado. Isso gera incerteza, desencoraja investimentos e inovação de longo prazo, e corrói a credibilidade da economia americana. Várias medidas sugerem ainda um desejo do governo Trump de atuar na microgestão de empresas privadas, o que o Estado certamente não tem competência nem capacidade de fazer.

Analistas americanos observam que uma parte importante da direita conservadora no país abandonou

o liberalismo por um modelo em que o Estado atua de modo mais empresarial, com Trump como uma espécie de CEO dos EUA. Mas, por trás dessa retórica, ele parece estar conduzindo os EUA, pátria do liberalismo, a uma espécie de capitalismo de Estado no modelo chinês, no qual o governo intervém regularmente não apenas na economia, mas na própria condução dos negócios das empresas privadas.

Ao manipular empresas em função de sua agenda política, Trump substitui a lógica do mercado por um intervencionismo seletivo, que pune adversários e premia aliados. Isso coloca em xeque não só a liberdade empresarial, mas o próprio fundamento do capitalismo que diz defender.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250901>

Taxa de crescimento das médias empresas diminuiu

O relatório Raio-X de Médias Empresas Brasileiras, da Fundação Dom Cabral (FDC), traça um retrato inédito do segmento sob um parâmetro essencial para a saúde do negócio: o crescimento. Entre 2022 e 2024, apenas 22,1% das companhias de médio porte atingiram a chamada "alta taxa de crescimento", definida como dobrar de tamanho a cada cinco anos. Outras 45,4% cresceram de forma moderada e 32,5% permaneceram estagnadas, segundo o professor Diego Marconatto, coautor do estudo com Áurea Ribeiro e Plínio Monteiro.

Houve piora nos percentuais em relação ao período analisado anteriormente, de 2016 a 2021. Naquele ciclo, 33% das empresas estavam na faixa de alto crescimento, 56% em expansão moderada, enquanto apenas 11% não cresciam. "A pandemia teve um grande impacto na economia em geral, e as médias também sofreram. Mas não foi o único fator", afirma a pesquisadora Áurea Ribeiro.

Desde 2020, segundo dados da FDC, houve uma queda considerável no índice de confiança das médias empresas no ambiente econômico e político - um dos fatores capazes de minar os planos de investimento -, somado a um enorme aumento nos pedidos de recuperação judicial, que saltaram de 197 em 2021 para 416 no ano passado.

"Temos o custo do capital, que é um dos maiores insumos do negócio. Ficou muito caro investir e o crescimento depende disso. Não estamos num ambiente favorável", diz Marconatto, referindo-se ao aumento da taxa básica de juros nos últimos anos, hoje em 15%.

Representando um quarto da massa salarial e quase um quinto dos empregos com carteira assinada no Brasil, as cerca de 70 mil médias empresas brasileiras também cumprem um papel fundamental na redução das desigualdades, segundo Marconatto. "Mais médias significa mais distribuição de renda", diz, comparando países como a Alemanha, em que as pequenas e as médias companhias, juntas, representam uma parcela muito maior do **PIB** do que no Brasil.

A chamada "invisibilidade" das médias empresas estaria ligada não apenas ao número reduzido delas em comparação com as pequenas, mas também a

fatores institucionais. "Quando analisamos os dados das pequenas, sabemos que 90% morrem até o quinto ano. As médias são justamente as sobreviventes desse processo", afirma Ribeiro. Por isso, políticas públicas e apoio institucional tendem a seconcentrar

"Temos o custo do capital. Ficou muito caro investir e o crescimento depende disso" Marconatto nas pequenas, para que possam crescer e resistir. Muitas que conseguem atravessar esse funil tornam-se médias - mas acabam ficando num "limbo": já não contam com o suporte de instituições como o Sebrae e, ao mesmo tempo, enfrentam desafios maiores para dar o salto seguinte.

Embora o conjunto de médias empresas tenha apresentado menor crescimento nos últimos dois anos, o relatório da FDC - que será apresentado a partir de amanhã, no Fórum Anual das Médias Empresas, promovido pela instituição em São Paulo - destaca as características presentes naquelas com alto crescimento (acima de 15% ao ano). Uma das principais é o modelo de negócio B2B (business to business), aquele que fornece produtos ou serviços para outras empresas. Esse formato, aponta o relatório, tem probabilidade dez vezes maior de resultar em alto crescimento do que aquele voltado exclusivamente para o consumidor final.

"As empresas médias que conseguem crescer de maneira sustentável e rapidamente ao longo do tempo são as que conseguem aumentar seu faturamento mantendo altos níveis de produtividade. Isso vai se traduzir em maiores margens e rentabilidade. Então as B2B têm um modelo de negócio que tende a ser mais produtivo", diz Marconatto.

O número de clientes das companhias B2B tende a ser menor e o ciclo dos pedidos é, em geral, mais previsível. Essas características tornam o modelo mais fácil de escalar. Além disso, a empresa B2B está engajada numa cadeia que naturalmente puxa seu negócio, o que acaba sendo uma alavanca para o alto crescimento, observa o professor.

Outros motores de expansão são a internacionalização e a atuação em nichos de mercado - fatores que aumentam duas vezes a probabilidade das médias terem alto crescimento. "Ter um escopo muito claro de produtos e inovar dentro de seu nicho torna a empresa

uma "especialista", acrescenta Marconatto. "Como é muita focada, cresce o máximo que consegue em seu mercado no Brasil e acaba buscando clientes de mesmo perfil fora do país." Quanto mais madura a gestão, também, maior é a taxa de crescimento. Segundo o estudo, 83% das companhias de alto crescimento têm gestão considerada avançada ou excelente. Inversamente, mais de um terço das médias empresas estagnadas estão no estágio inicial ou emergente de maturidade de gestão. O estudo considerou 19.530 CNPJs distintos de médias empresas brasileiras.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188318?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188318?page=1§ion=1)**

Fim da tarifa de portabilidade reduziria "spread", diz estudo

Álvaro Campos

De São Paulo A Zetta, associação que reúne fmtechs como Nubank e Mercado Pago, desde 2023 vem atuando para facilitar a portabilidade de crédito. Agora, encomendou um estudo para a Ecoa Consultoria Econômica que mostra que a eliminação da remuneração de cessão de obrigações (RCO), que o banco de destino deve pagar à instituição que cede a portabilidade, pode reduzir o "spread" no crédito consignado em 16%.

Para chegar a esse nível, a Ecoa calculou um RCO "real". Ou seja, pegou a tarifa logo após a atualização da tabela de preços, em 2021, e comparou com o RCO anterior à correção de preços de 2023, quando ele já estava "desvalorizado" por dois anos de **inflação**. Assim, observe que o RCO real menor leva a uma redução de 0,28 ponto percentual no spread - ou 16% do valor total de 1,75 ponto percentual.

"A redução do RCO em termos reais leva a uma tendência favorável de redução do spread bancário. Em um país que tem um dos maiores spreads bancários do mundo, uma redução de 16% não é pouca coisa. E isso é só o efeito direto. A eliminação do RCO teria outros efeitos indiretos, reduzindo ineficiências, tirando um obstáculo à concorrência, favorecendo novos negócios", diz Silvia Fa-gá, sócia-fundadora da Ecoa.

A Zetta defende a eliminação do RCO, exceto para o crédito imobiliário-onde propõe uma revisão, mas admite que alguma cobrança é necessária. "A portabilidade ainda não atingiu todo o seu potencial e vários estudos mostram que ela poderia ter um efeito relevante na diminuição das taxas de juros", afirma Rafaela Nogueira, economista-chefe da Zetta. Ela diz que a tarifa foi criada para remunerar custos que eram relevantes em um mundo físico, mas que o avanço da digitalização no mercado bancário tornou o RCO desnecessário. "É como se o cliente pagasse para fazer uma TED em um cenário em que já existe o Pix, gratuito." Procurada, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou em nota que levanta periodicamente números sobre o RCO. "Tais levantamentos constatarem que, sem essa ferramenta, o custo do crédito aumenta substancialmente, além de desincentivar a origem das operações. Esses estudos são compartilhados e apresentados ao Banco

Central." Questionado, o BC não se manifestou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250901>